Eny Kleyde
Vasconcelos Farias

Maria Felipa de Oliveira

Heroína da Independência da Bahia

QUARTETO EDITORA

Digitalizado com CamScanner

Maria Felipa de Oliveira

Heroína da Independência da Bahia

Digitalizado com CamScanner

Copyright© 2010 by Eny Kleyde Vasconcelos Farias
Todos os direitos desta edição reservados a Eny Kleyde Vasconcelos Farias

Projeto Gráfico
Quarteto Editora

Capa
Designconceito

Revisão
Licia Regina de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Farias, Eny Kleyde Vasconcelos

Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia / Eny Kleyde Vasconcelos Farias. Salvador: Quarteto, 2010.

148 p.

ISBN 978-85-8005-008-0

1. Oliveira, Maria Felipa – dados biográficos. 2. História da Bahia. 3. Independência da Bahia. I. Farias, Eny Kleyde Vasconcelos.

CDU 809

CDD809.9309

Quarteto Editora
Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213
Edificio Golden Plaza, sala 702 e 1009 – Iguatemi
41275-000 – Salvador – Bahia
Telefax: (71) 3452-0210
Telefone: (71) 3353-5364
Email: quarteto.livros@compos.com.br

Digitalizado com CamScanner

Eny Kleyde Vasconcelos Farias

Maria Felipa de Oliveira

Heroína da Independência da Bahia

QUARTETO EDITORA
2010

Digitalizado com CamScanner

À memória de
Maria Felipa de Oliveira

À memória da heroína da Independência, Maria Felipa de Oliveira, pela extraordinária missão de encontrá-la nos livros e nas recordações dos moradores da Ilha de Itaparica.

Cada descoberta se transformava numa grande vitória que impulsionava recomeçar e descobrir novos significados do seu heroísmo. Conhecê-la é aprender sua determinação, bravura e entusiasmo.

Obrigada, Maria Felipa, por poder apreciar sua inteligência, que criava e recriava estratégias a cada desafio. Você é a mulher da Ilha, do mar, do rio, das matas e dos manguezais, pois neles trabalhou e lutou pela Independência do Brasil na Bahia.

Digitalizado com CamScanner

Agradecimentos

A Deus, Pai de Infinita Misericórdia, grata por guiar-me nesta jornada de oito anos de pesquisas sobre Maria Felipa de Oliveira.

À memória da minha mãe, Euvanil Quadros Vasconcelos, heroína do cotidiano, que jamais desistiu de lutar pelos filhos e netos, e por todos os que a cercavam. Você, minha mãe, me ensinou a enfrentar a vida, a ter fé e a recomeçar com coragem a labuta de todos os dias. Você exercitou comigo o amor e a fé em Deus.

À memória do meu pai, Bento Vasconcelos, que raciocinava de forma surpreendente sobre a vida. Sempre foi um mestre da alegria e da sensibilidade no enfrentamento dos problemas e nunca deixou de sorrir e de fazer da nossa casa um lugar de muita alegria.

Ao meu filho, Wagner Quadros Farias Jr., exemplo de inteligência e humildade.

Ao meu filho, Gustavo Miguel Quadros Vasconcelos Farias, que tem na simplicidade de ser e de viver sua melhor expressão humana.

À Lícia Regina de Souza, a quem nunca faltou boa vontade e paciência para rever e corrigir este livro.

Digitalizado com CamScanner

Ao Dr. Ubiratan Castro de Araújo, mestre singular, artífice da história e da sabedoria, jovem griot da Bahia.

À Lígia da Nova Moreira, exemplo de generosidade e sabedoria, amiga de cinquenta anos de convivência que sempre diz a verdade fazendo-nos sorrir.

À Maria Júlia Souza, amiga espiritual que, trazendo no ventre Maria Clara, trouxe também luz e serenidade ao meu espírito. Vem de você a paz, a lucidez e a humildade das pessoas singulares. Andando pelos quilombos, aprendemos o que de belo a ancestralidade africana ensina.

À Marli Geralda Teixeira, admirável historiadora que a Bahia reconhece e respeita como exemplo de honradez. Nossas famílias são amigas há três gerações, desde os tempos das visitas solenes e dos segredos dos adultos.

A Antonio Carlos de Oliveira Araújo, pelo respeito e dedicação na organização deste livro. Nele reflete sua seriedade na busca pela expressão do significado de Maria Felipa de Oliveira.

À Conceição Santos Gomes, fenômeno de sensibilidade humana e de fé em Deus, que ora por mim e pelos meus filhos todos os dias. Obrigada, por considerar-me sua irmã.

À Doutora Andremara Santos e Santos, exemplo de dignidade e respeito, minha gratidão por todos os momentos que me ensinou e me acolheu como irmã.

À Janete Dutra, que sonhou em representar os patrimônios que cercavam Maria Felipa, na ambientação da sala

Digitalizado com CamScanner

de lançamento deste livro, na Biblioteca Juracy Magalhães Jr.

À Sandra Maia, pela fé, coragem e centralidade. Grata pelos conselhos para lutar sempre pela preservação da memória da heroína.

À Dalva Tavares Lima, Diretora da Biblioteca Juracy Magalhães Jr, que cheia de fé e entusiasmo me levou pelas ruas de Itaparica, para escutar sobre Maria Felipa de Oliveira, a heroína da Independência.

A Cristiano Fontes, ex-aluno, dileto, de inteligência singular, pela sua seriedade nos estudos e pela grandeza em ajudar professores e colegas. Também reconhecido como grande mestre da Interpretação do Patrimônio Com Comunidade.

À Clarissa Vasconcellos, que pesquisou o Sargento Pedro, de Xavier Marques, no qual busquei subsídios sobre Maria Felipa.

À Priscila Caldas, quando aluna da FAMMETIG pesquisou na Gameleira, fez palestra na COMAB, se apresentou em Seminário na UFBA e, que, até 2004, enriqueceu as pesquisas sobre Maria Felipa com entusiasmo.

À Rejane Mira, estudiosa da Interpretação do Patrimônio Com Comunidade, pela dedicação e o respeito que tem me conferido, e por ter publicado, em livro, um recorte sobre Maria Felipa. A você, Rejane, mestre da mediação nas comunidades, minha mais profunda gratidão.

Digitalizado com CamScanner

À FAMMETIG, que em todos os momentos abriu suas portas às pesquisas e à preservação da memória de Maria Felipa de Oliveira.

Ao Doutor Marcelo Augusto de Carvalho Rocha, Diretor da FAMMETIG, que colaborou sempre com as pesquisas entre 2002 e 2004.

A Paulo Sérgio Mettig Rocha e Paulo Roberto Mettig Rocha, ambos da direção da FAMMETIG, pela extrema boa vontade em ajudar-me no andamento das pesquisas.

A Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos, pelo estímulo, colaboração e divulgação da heroína Maria Felipa.

À Biblioteca Juracy Magalhães Jr., na Ilha de Itaparica, que ofereceu seus espaços para o lançamento do livro da heroína Maria Felipa de Oliveira.

À Associação Maria Felipa de Oliveira, pela riqueza dos seus rituais no Dois de Julho e no Sete de Janeiro, em Itaparica.

À Associação Zé do Vale, da Ilha de Itaparica, que cantou e dançou nas Caminhadas Maria Felipa e no Cortejo ao Dois de Julho.

À Casa Maria Felipa, no Curuzu, através das professoras Hilda das Virgens e Valdíria Lopes das Virgens e, também, das doutoras Nilzete das Virgens e Hildete das Virgens, por terem levado Maria Felipa de Oliveira, pela primeira vez, em 2007, ao cortejo ao Dois de Julho, juntamente com o Zé do Vale da Ilha de Itaparica.

Digitalizado com CamScanner

A Jorge Kalile, da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos, pelo empenho em levar-me ao Instituto Médico Legal, onde foram feitas pesquisas para o desenho do rosto de Maria Felipa.

À Meire Márcia Magalhães, Caren Dalarosa e Liz Rodrigues, que trajaram camisetas com a imagem de Maria Felipa na Caminhada do dia 20 de novembro de 2004 – Dia da Consciência Negra, do Curuzu ao Pelourinho.

À professora Filomena Orge, por desenhar com emoção e cuidado o busto da heroína Maria Felipa de Oliveira.

À Rita Oliveira e aos seus filhos, Danilo, Daniel, Daiane e Carlos, descendentes de Maria Felipa de Oliveira, que sempre colaboraram com as pesquisas.

À Benedita Biggi, que sempre me incentivou e reconheceu o trabalho de Interpretação do Patrimônio com Comunidade.

À historiadora Cassimélia Costa, que me ensinou sobre Maria Felipa, a cada momento, desde 2004. O que aprendi com ela foi indispensável à construção deste livro.

À Margarida Lopes, organizadora das caminhadas Maria Felipa, que me apresentou, pela primeira vez, o livro de Ubaldo Osório, mostrando-me um dos relatos sobre Maria Felipa.

A Ernesto Brito, que sempre valorizou a Interpretação do Patrimônio e as pesquisas sobre a heroína Maria Felipa de Oliveira.

Digitalizado com CamScanner

À Celeste Regina Almeida Aquino que, representando o SEBRAE, me levou pela primeira vez às Comunidades da Ilha de Itaparica;

À Hilda Xavier Oliveira, baluarte da organização das Caminhadas Maria Felipa de Oliveira;

À Crisvaldina Lima de Santana, liderança respeitada da Comunidade da Gameleira, que levou inúmeras pessoas às Caminhadas Maria Felipa e ao 2 de Julho;

À colega Sara Oliveira Farias, pela grandeza de espírito, pela serenidade que ensina para sermos melhores.

À Milena Rocha, Manuela Scaldaferri e Alba Mendonça estudiosas da Interpretação do Patrimônio e de suas possibilidades interdisciplinares.

À comunidade da Ilha de Itaparica e cada localidade visitada, pelo entusiasmo em falar sobre a heroína Maria Felipa.

Digitalizado com CamScanner

Sumário

Prefácio 15

Introdução 17

Capítulo 1

Maria Felipa de Oliveira e a Interpretação do Patrimônio Histórico Cultural..... 25

Capítulo 2

A História de Maria Felipa de Oliveira 53

2.1 O significado de Maria Felipa na Diáspora Africana 53

2.2 Independência do Brasil 55

2.3 Independência da Bahia 61

2.4 A História da Guerra da Independência na Ilha de Itaparica..... 72

2.5 Maria Felipa de Oliveira, Heroína da Independência do Brasil na Bahia..... 107

2.6 Memória e Reconhecimento..... 112

Anexos 117

Fontes 137

Depoimentos 138

Referências 143

Digitalizado com CamScanner

Prefácio

Maria Felipa de Oliveira. Heroína da Independência da Bahia é um livro necessário para os estudiosos da Independência do Brasil na Bahia. No panthéon dos heróis do 2 de Julho, é Maria Felipa aquela de mais recente reconhecimento e também aquela sobre quem as informações são as mais precárias e lacunares. Trata-se de uma figura legendária, parte da nossa mitologia patriótica, de maior significação para a cultura baiana. Ela representa o extraordinário protagonismo da mulher negra nas lutas pela independência nacional. Este livro se propõe, com sucesso, sistematizar as referências que permitam a imagem e a trajetória desta heroína itaparicana.

Diante da escassez de evidências históricas sobre a vida e a obra da heroína, a autora optou pela metodologia da Interpretação do Patrimônio com Comunidade. Qual um mosaico, ela colecionou todos os fragmentos de memória sobre a heroína, preservados na memória do povo de Itaparica. Pinçou com precisão flashes da obra do romancista Xavier Marques e do historiador Ubaldo Osório. Fixou em documento escrito, as Cartas de Cessão, as lembranças de descendentes da heroína e de populares itaparicanos, de modo a constituir um corpo de evidências sobre Maria Felipa, verdadeiro patrimônio imaterial do povo da Bahia. Ao ler este trabalho, senti-me como se estivesse transportado para um antigo tribunal britânico, em que os depoimentos

Digitalizado com CamScanner

populares confirmassem o direito tradicional não escrito. Esta operação de salvamento de tradição foi solidamente referenciada pela teoria histórica e antropológica e contextualizada em uma pertinente história da Guerra de Independência na Ilha de Itaparica.

O resultado deste exitoso trabalho certamente não foi mais uma biografia. Eny Kleyde conseguiu consolidar um discurso comunitário sobre uma heroína negra, que muito honra a Bahia, e que se constitui em modelo maior de cidadania.

Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo
Presidente da Fundação Pedro Calmon
Secult – Bahia

Digitalizado com CamScanner

Introdução

Pesquisar para escrever este livro é desafiar outros pesquisadores a trilhar novos territórios para discorrer também sobre Maria Felipa de Oliveira, esquecida por muitos historiadores, tampouco lembrada nos livros didáticos e nas comemorações ao 2 de Julho. Esquecer por tão longo tempo uma heroína épica da Independência do Brasil é esconder-se por detrás "das raízes ideológicas", da "consciência nacional" (Bosi, 1994[1]). Somos todos responsáveis pela ausência do heroísmo de Maria Felipa nos livros didáticos e nas festividades ao Dois de Julho. Somos responsáveis, inclusive politicamente, por trazê-la de volta na reescrita da Independência do Brasil e da Bahia. Recuperar a memória desta mulher de inteligência singular tornou-se imperativo aos grupos sociais e políticos da sociedade civil.

Como fazer uma leitura do Brasil, escondendo sua História? Como reescrever a História brasileira, escondendo seus heróis?

A memória aqui descrita sobre a heroína Maria Felipa de Oliveira foi escutada na Ilha de Itaparica, através de pesquisas de Interpretação do Patrimônio Com Comunidade, realizadas, em parte, no período de 2002 a 2004, no município de Vera Cruz/

[1] BOSI, Alfredo. Prefácio. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

Digitalizado com CamScanner

Ilha de Itaparica, pelas Faculdades Integradas Olga Mettig, com a participação de docentes e alunos. Este estudo revelou vinte e cinco (25) patrimônios culturais, naturais e históricos.

O trabalho desenvolvido em trinta e duas (32) comunidades contou com o apoio financeiro e logístico de vários parceiros, que foram de importância fundamental para que as ações de interpretação do patrimônio se concretizassem. Os parceiros foram EWG – Projeto Pesquisa e Qualificação Ltda; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, Ilha; Hotel Nativos Aratuba; COMAB – Transporte Marítimo da Bahia Ltda.

Coube-me a responsabilidade de Coordenar o Projeto como professora de Interpretação do Patrimônio. Participaram como docente-pesquisadores Gustavo V. Farias, Mestre em Turismo em Países em Desenvolvimento pela Universidade Strathclyde, Escócia, Reino Unido; Cristiano Fontes, Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia; Rejane Mira, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Salvador UNIFACS; alunos da FAMETTIG bolsistas, Priscila Caldas e Clarissa Vasconcelos; estagiários, Liz Rodrigues, Milena Rocha, Vânia Oliveira, Caren Dalarosa e Milena Rego.

Entre 2005 e 2010, a coordenadora do projeto decidiu continuar os estudos no município de Itaparica, e, em 2009, aprofundou a investigação sobre a memória individual e coletiva de Maria Felipa de Oliveira, revelada como patrimônio histórico na pesquisa desenvolvida até 2004.

Em 2006/2007, Rita Oliveira auxiliou na identificação de descendentes da heroína, que poderiam escrever Cartas de Cessão. Em 2008, Margarida Lopes Nascimento e Rita Oliveira pesquisaram no Arquivo Público de Feira de Santana. Margarida

Digitalizado com CamScanner

Lopes Nascimento e Meire Márcia Magalhães atuaram nos arquivos de Maragogipe e no Arquivo Público da Bahia. Em 2009, Dalva Tavares Lima, Diretora da Biblioteca Juracy Magalhães Jr., em Itaparica, convocou inúmeras pessoas para redigir Cartas de Cessão e declarações, além de responder a entrevistas à Coordenadora da pesquisa. Em 2010, Antonio Carlos de Oliveira Araújo pesquisou no Arquivo Público da Bahia.

Quando já dispunha das primeiras Cartas de Cessão, em 2004, as Faculdades Integradas Olga Mettig solicitaram-me que divulgasse a heroína nos meios de comunicação, falando na televisão e publicando um artigo. Paulo Roberto Mettig Rocha, responsável pelo Marketing Institucional, providenciou a gravação numa emissora, que levou ao ar em várias ocasiões o que falei sobre as pesquisas até então efetivadas. A professora Lícia Regina de Souza, consultora das FAMETTIG, analisou o primeiro artigo e encaminhou para publicação, que teve como título *Maria Felipa de Oliveira, heroína da resistência*. Na oportunidade, o rosto de Maria Felipa havia sido desenhado pela professora Filomena Orge e publicado junto com o artigo.

No período de oito anos, foi possível estudar autores como Tavares, Xavier Marques, Ubaldo Osório, Titara, Braz do Amaral, Nóbrega, Bernardino de Souza e outros historiadores indispensáveis ao estudo da Independência da Bahia.

As pesquisas com base na escuta à comunidade, utilizando-se a Interpretação do Patrimônio Com Comunidade e a Nova História, permitiram reunir, aos poucos, Cartas de Cessão, resultados de entrevistas, declarações e outros documentos referentes à memória individual e coletiva dos insulanos. Os primeiros diálogos aconteceram nas localidades de Bom Despacho, Gameleira, Mar Grande e Aratuba, estendendo-se

Digitalizado com CamScanner

depois para outras comunidades. Uma importante contribuição foi a entrevista com a Professora Cassimélia Costa, de Itaparica, que me levou aos campos de batalha da heroína. As mulheres do Grupo Cultural Zé do Vale teatralizaram as surras de cansanção que Maria Felipa e quarenta mulheres deram nos portugueses "para depois incendiar as embarcações portuguesas". As mulheres corriam juntas pelas ruas e me mostravam locais dos incêndios das embarcações. Eram muitos os segredos sobre a heroína. "Ela morava no Convento!" "O Convento era um casarão!", diziam.

A Associação Zé do Vale realizou uma reunião formal, na qual se registrou em Ata a vontade dos associados de fazer um teatro de rua sobre Maria Felipa, mas faltavam os recursos necessários.

A Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos colaborou com as pesquisas, principalmente quando da feitura do desenho do rosto de Maria Felipa, encaminhando-me ao Instituto Médico Legal e indicando-me à professora Filomena Orge, responsável pelo desenho do busto da heroína. Fiz uma doação de cópias das Cartas de Cessão à Igreja do Rosário através das Faculdades Olga Mettig.

Em 2005, a Associação Ibasorè Iyá, do Curuzu, levou Maria Felipa para o carnaval e o Corredor do Curuzu, no qual atuei como consultora, criou a Casa Maria Felipa.

Organizado em dois capítulos, este livro é um embrião para uma pesquisa mais completa num futuro próximo se outros pesquisadores decidirem aprofundar-se no tema.

O conceito de Interpretação do Patrimônio, a Interpretação do Patrimônio Com Comunidade e a Interpretação do Pa-

Digitalizado com CamScanner

trimônio Histórico são apresentados no primeiro capítulo. Contemplam-se também neste espaço os fundamentos das pesquisas e a memória individual e coletiva como método historiográfico de revelação da *Heroína Negra* da Independência do Brasil na Bahia, destacando a heroína como Patrimônio Histórico, com o sentido de herança e legado cultural, com uma breve análise sobre a memória política da comunidade.

A Interpretação do Patrimônio Com Comunidade e a Nova História, que também embasam as pesquisas, dão suporte à análise da trajetória de Maria Felipa, destacando os seus valores e os da Ilha de Itaparica. Reflete-se sobre Maria Felipa a partir da evolução da escrita da história no Brasil e comenta-se sobre o romance histórico como história. Interpreta-se a heroína na perspectiva "da história do cotidiano" (Menezes, 2004, p. 47) e da realidade "concebida como culturalmente constituída" (Burke, 1992, p. 11). Da Micro-História como método de pesquisa, ressalta-se na história de Maria Felipa o seu comportamento político, o seu trabalho e o seu cotidiano. Trabalha-se ainda a Dominação Simbólica, enfatizando-se que "aquilo que o mundo social cria, o mundo social pode desfazer". Reflete-se a respeito da competição de legitimidade relacionada à diversidade étnica e se discute sobre a imagem e o símbolo étnico que representam a heroína. Apresenta-se Maria Felipa enquanto memória e patrimônio, destacando-a no contexto histórico-simbólico das lutas que participou. Analisa-se a inclusão do gesto à história, através dos discursos gestuais da comunidade, refletindo-se a função simbólica, quando a mulher insulana "oferece o corpo em espetáculo" (Maffesoli, 2007, p. 65), para afirmar-se em determinado grupo. Analisam-se os rituais dos insulanos e dos soteropolitanos, e como a própria comunidade tem interpretado o patrimônio histórico Maria Felipa de Oliveira.

Digitalizado com CamScanner

Ao final do capítulo, comenta-se a respeito da perspectiva educacional dos estudos sobre a heroína, direcionando-os à cidadania. Comenta-se também que a interpretação do patrimônio histórico entende que educar na própria história é um direito do ser humano.

No segundo capítulo A História de Maria Felipa de Oliveira, encontra-se na abertura o significado de Maria Felipa na diáspora africana e trata, em seguida, sobre a Independência do Brasil. Os comentários buscaram algumas inter-relações com os problemas diplomáticos europeus.

A Independência da Bahia enfatiza os conflitos entre a colônia e a metrópole. Tanto na Independência do Brasil quanto na Independência da Bahia são realizadas algumas referências às mulheres heroínas da Bahia: Sóror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus Medeiros e Maria Felipa de Oliveira.

Na história da Independência da Bahia, consideraram-se o desempenho político das Vilas do Recôncavo, a Batalha de Pirajá e os combates na cidade de Salvador, fazendo-se em alguns momentos inter-relações com as questões da cidadania.

A História da Guerra de Independência na Ilha de Itaparica tem como foco a heroína Maria Felipa de Oliveira e sua participação como voluntária na Campanha da Independência. Analisa-se seu comportamento de líder relacionado à alteridade, empresta ênfase a sua atuação como vigia dos inimigos. O caráter épico do seu heroísmo, enquanto criadora de estratégias e auxiliadora na pesca de baleias, apresenta relações com as problemáticas da guerra.

O livro dispõe de quatro anexos, sendo o primeiro sobre o apelo político da Ilha de Itaparica ao Conselho Municipal

Digitalizado com CamScanner

em 7 de Janeiro de 1905, pleiteando que o Conselho Municipal troque o nome da Rua do Canal para Maria Felipa e tome outras providências. Observa-se que Maria Felipa é lembrada após três décadas do seu falecimento. O segundo anexo aborda a Lei Municipal 399/94, que criou a Medalha ao Mérito Maria Felipa do Município de Vera Cruz, Estado da Bahia. O terceiro anexo trata de dados da ancestralidade de Maria Felipa de Oliveira, e o quarto refere-se à proposta para as comemorações do Dois de Julho.

Digitalizado com CamScanner

Capítulo 1

Maria Felipa de Oliveira e a Interpretação do Patrimônio Histórico Cultural

As revelações dos bens patrimoniais oriundos deste trabalho reportam-se à Interpretação do Patrimônio Histórico Cultural, com atores sociais da Ilha de Itaparica. As pesquisas realizadas tomaram como base a Interpretação do Patrimônio, com ênfase na Interpretação do Patrimônio Com Comunidade e nela a Interpretação do Patrimônio Histórico. Dos patrimônios interpretados, destaca-se, como patrimônio histórico, Maria Felipa de Oliveira, com o sentido do símbolo Sankofa[1] "para ir adiante é preciso retornar ao passado".

A Interpretação do Patrimônio, conforme seu criador Freeman Tilden (1957), refere-se a

> [...] uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos ori-

[1] Simbologia Africana Adinkra – Palavra Akan.

Digitalizado com CamScanner

> ginais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais. (Tilden, 2006)

A Interpretação do Patrimônio Com Comunidade tem nas produções discursivas a revelação de significados e de sentidos de bens patrimoniais do lugar, compreendendo a comunidade como o próprio patrimônio, cabendo a ela interpretar-se através da construção de conhecimentos com atores sociais politicamente conscientes visando à sustentabilidade (Farias E., 2007).

A Interpretação do Patrimônio Histórico, aqui concebida, fundamenta-se na Interpretação do Patrimônio Com Comunidade, que vai em direção à herança e ao legado histórico-cultural, com base em uma historiografia crítica, respondendo a questões interdisciplinares com atividades integradoras, oriundas dos saberes ancestrais e da história do lugar, para contribuir social e politicamente na construção de um acervo diversificado de expressões da história e da cultura, direcionado à preservação da memória histórica num processo identitário e associado à realidade do lugar para a redução das desigualdades.

O propósito deste trabalho é resgatar na História, como base de interpretar o patrimônio a "heroína Negra da Independência do Brasil na Bahia"[2], Maria Felipa de Oliveira.

A História de Maria Felipa de Oliveira funda-se numa fonte de significações, de ressignificações e de múltiplos sentidos concretizados em comunicações, que suscitam emoção e ampliação da consciência política para as questões da cidadania quanto

---

[2] Expressão utilizada por Guadalupe Freitas, no Artigo ASSABITA – 2008; e Dalva Tavares Lima em Carta de Cessão 2009.

Digitalizado com CamScanner

ao gênero e à etnia e para a sustentabilidade do patrimônio, ensejando o bem estar social da comunidade.

A Interpretação do Patrimônio, que nasce com Freeman Tilden (1957) nos Estados Unidos da América do Norte, desenvolve-se com a comunidade (1998) na Bahia/Brasil, com estudos teóricos e metodológicos, na Praia do Forte, município de Mata de São João. Hoje, ao redor do mundo, estão ocorrendo pesquisas que buscam entender os mecanismos pelos quais as comunidades se relacionam com seus próprios conteúdos patrimoniais e a forma pelas quais as comunidades utilizam para apresentá-los.

O que se faz no Brasil/Bahia, a partir de 1998, tem explicações na pesquisadora Rejane Mira que afirma:

> [...] a interpretação do patrimônio seguiu o novo caminho a ser implementada por Eny Kleyde, que fundamentou o processo utilizando a etnometodologia proposta por Coulon (1995), o cotidiano analisado por Certeau (1994), a mediação de Feuerstein (1994), a "escuta sensível" de Barbier (1997), e a fenomenologia. (Mira, 2007, p. 105)

A autora Rejane Mira refere-se aos principais teóricos que respaldam as pesquisas de Interpretação do Patrimônio Com Comunidade. Pode-se destacar, dentre estes, Certeau, ao estudar o cotidiano como uma experiência coletiva e como um poder de se refugiar dos processos de controle social; e Barbier, com a "escuta sensível", quando se ouve da comunidade a "relação entre linguagem, pensamento e mundo" (Orlandi, 1996).

Os fundamentos da Interpretação do Patrimônio Com Comunidade baseiam-se também na construção do conhecimento pelos atores sociais comunitários. A propósito, vejamos o que diz Farias E:

Digitalizado com CamScanner

> [...] a comunidade como o próprio patrimônio cabendo a ela interpretar-se. O pesquisador deve mediar seu processo interpretativo, através da escuta, que deve ser sensível aos sentimentos, emoções e pensamentos, para buscar significados do patrimônio do lugar. (Farias E., 2007)

Esta abordagem permite compreender que na construção do conhecimento revelam-se significados, significações e múltiplos sentidos do lugar.

Contribui para o entendimento desta concepção, Farias G ao afirmar que:

> [...] El Ministerio de Turismo brasileño destacó la interpretación [...]. Presentando las ideas de Tilden y de Eny Kleyde, en los materiales del curso denominado Brasil: meu negócio é o turismo. De acuerdo con Eny Kleyde, en texto citado por el Ministerio de Turismo brasileño de 2005: "la interpretación del patrimonio natural o cultural viene de la valoración, reconociendo a la comunidad como productora de conocimiento, respetando el imaginario, las creencias, el tiempo y el lugar [...]. (Farias G., 2007)

As ações de interpretar com a comunidade apóiam-se, filosoficamente, na fenomenologia, que entende a consciência como intencional, inexistindo, portanto, objeto independente da consciência que o percebe. Logo a consciência se dirige para o mundo, para o outro, abrangendo o sujeito num mundo concreto, deduzindo-se que esse mundo concreto é ao mesmo tempo histórico e político.

Deve-se perceber que revelar com a comunidade é um exercício de cidadania na relação com a cultura, numa construção dialética da *epsteme* sobre o patrimônio. Nessa direção,

Digitalizado com CamScanner

amplia-se a consciência para um compromisso político e sócio-histórico na formação do cidadão. Corrobora este postulado, E. Farias quando afirma que:

> [...] considera-se o saber e o poder dos grupos sociais, as políticas cotidianas, sexualidade, gênero e o direito a ter direitos [...] ressalta-se ainda o multiculturalismo, que trata dos grupos étnicos, da tolerância religiosa, das lutas das minorias e das ações afirmativas [...]. (Farias E, 2007, p. 120)

A diversidade cultural e social nos tempos de Maria Felipa provocou divergências entre grupos étnicos e classes sociais, agravadas pelo contexto da guerra. Tais divergências entre os portugueses que vieram do reino e as classes subalternas pareciam inúmeras, o que levou Maria Felipa a se posicionar politicamente.

Ainda em Farias G, encontram-se análises a respeito das tendências da interpretação no Brasil, referindo-se ao grupo que trabalha com comunidade, ressaltando ações de cidadania ligadas à história e cultura:

> Un tercer grupo es aquél que está llevando a cabo un importante esfuerzo para que la interpretación se asocie a un trabajo de inclusión social. En el cual las comunidades del interior del país o de pueblos del litoral, en su mayoría empobrecidos y com pocas perspectivas económicas, puedan tener oportunidades de trabajo y renta a partir de la presentación de su história, de sus tradiciones y de su medio ambiente natural.
>
> Este tercer grupo, del que formo parte, tiene una importante representación en el Estado de Bahía, liderado por la profesora Eny Kleyde. A partir del trabajo desarrollado en la localidad de Praia do Forte en el litoral norte del Estado de Bahía en 1998, se inició una ac-

Digitalizado com CamScanner

> tividad de interpretación única en Brasil. A partir de este trabajo que incorporó a una comunidad local, en una población con muchos iletrados, se desenvolvió el proyecto Interpretação do Patrimônio desde 1998 hasta el año 2000. Su objetivo era ampliar la participación de las comunidades en las actividades de turismo, reduciendo las tensiones generadas por la exclusión social, posibilitando también la protección de la cultura y la naturaleza local a través de actividades y acciones interpretativas. (Farias G., 2007).

Nas pesquisas de Interpretação do Patrimônio Com Comunidade na Ilha de Itaparica, destacou-se, enquanto patrimônio histórico cultural, Maria Felipa de Oliveira, que aparecia sempre como heroína da Independência da Bahia nos diálogos com pescadores, marisqueiras, líderes comunitários, comerciantes, vendedores ambulantes, professores e outros.

A mediação, que gerava o diálogo e, nele, a interpretação dos saberes, das crenças e do imaginário, fez fluir lembranças sobre os bens patrimoniais históricos. Durante o processo mediador, a condução para ouvir falas e esperar por silêncios despertou para uma "dialética solidária" entre o passado e o futuro, compreendendo-se que o fenômeno do passado permanece como substância do presente. O substancial adveio das interpretações expressas na maioria das falas pela inesperada ausência do "possível" e do "provável", pois quase sempre se revelavam em forma de crenças das memórias identitárias individuais, a exemplo de:

> Minha avó rezava para Nossa Senhora e pedia para eu ser corajosa como Maria Felipa. (Betinha – Entrevista 2010)

O diálogo que gerou esta expressão ocorreu no Centro Histórico de Itaparica, próximo a Igreja de São Lourenço, entre

Digitalizado com CamScanner

a coordenadora da pesquisa e Sra. Betinha, moradora da Ilha, que atestam a força de Maria Felipa na memória dos insulanos.

Maria Felipa é interpretada como patrimônio cultural, compreendendo-se nesse conceito o sentido de herança e de legado histórico. A memória política em Maria Felipa vem através da oralidade. São relatos em cartas de cessão, entrevistas, declarações, romance histórico e autores sobre histórias da Ilha de Itaparica. A memória coletiva foi pesquisada, mediante diálogos, que implicaram na "escuta sensível", inspirada em Renè Barbier.

Daí porque se observa que o patrimônio histórico Maria Felipa pode ser tão bem compreendido nas palavras de Meneses:

> A noção do que seja patrimônio cultural revigorou e continua em viva discussão desde que essa nova concepção de cultura vige, mas também é herdeira da forma de pensar a História e de construir as interpretações históricas que sofreram uma radical e revitalizante mudança a partir do final do século XIX e, principalmente, no decorrer da formação e evolução do grupo de historiadores franceses ligados a Escola dos Annales, *nouvelle histoire* ou nova história [...] (Meneses, 2004, p. 44).

As pesquisas na Ilha fundamentaram-se na Interpretação do Patrimônio Com Comunidade e também em bases teóricas e metodológicas próprias de pesquisas históricas: a nova história, a micro-história e a memória coletiva. Falar dessas dimensões teóricas da história exige comentar Peter Burke (2005). O autor diz da História Cultural, como a redescoberta, a partir da década 1970, de um modo peculiar de compreender a história, deixando de lado "um esquema teórico generalizante" e dirigindo-se aos "valores de grupos particulares", em locais e períodos específicos.

Digitalizado com CamScanner

A Nova História adota a dimensão simbólica e as interpretações, no lugar de conceitos como civilização e luta de classes. Critica a história cultural clássica como colaboradora do Estado, no sentido de imposições e de limites. Reage a problemas e os reconceitualiza. Toma consciência de questões novas ou ignoradas e cria problemas apropriados ao momento histórico, a exemplo de Joan Scott que reescreve sobre as mulheres. Burke, citando Haldene, diz: "Tudo tem uma história", acrescenta:

> Tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. (Burke, 1992, p. 11)

Ainda pode ler-se Peter Burke nas palavras abaixo:

> A base filosófica da "nova história" é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. (Burke, 1992, p. 11)

Em função desta concepção, existe, atualmente, uma convergência entre historiadores sociais e antropólogos sociais. A história tradicional pesquisa "estadistas", "generais" e "eclesiásticos". A nova história pesquisa "pessoas comuns".

Esse modo de entender a história contribui para se obter respostas de um diálogo entre passado e presente de um lugar, revelando-se novos significados, como Maria Felipa de Oliveira, mulher da classe subalterna, negra, pescadora e que luta na Guerra da Independência da Bahia.

Ainda em Burke encontramos sobre a nova história os conceitos a seguir:

> [...] segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos [...] Uma das grandes con-

Digitalizado com CamScanner

> tribuições de Ranke foi sua exposição das limitações das fontes narrativas – vamos chamá-las de crônicas – e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência [...] Os registros oficiais, em geral, expressam o ponto de vista oficial [...] (Burke, 1992, p. 13).

E Burke acrescenta mais:

> [...] Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados à cor, ao credo, à classe ou ao sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular [...] nossas mentes não refletem diretamente a realidade, só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. (Burke, 1992, p. 15)

O discurso de Dalva Tavares Lima, em Carta de Cessão, evidencia a reflexão de Burke relacionada ao gênero e à cor:

> A resistência à Maria Felipa, em parte, se deu porque ela foi heroína de lutas de guerra, numa época em que somente homens eram convocados. A rejeição nas comemorações, por ser negra, faz de Maria Felipa, na contemporaneidade, um dos símbolos étnicos da liberdade. (Dalva Tavares Lima, Diretora da Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – Carta de Cessão, 2009).

Falar da história envolvendo pessoas como Maria Felipa de Oliveira exige comentar-se sobre o processo da escrita histórica do Brasil.

Alfredo Bosi, ao dizer,

Digitalizado com CamScanner

> [...] desde a implantação da cultura letrada no Brasil, ficaram abaixo do limiar da escrita, quase todos os conceitos da vida indígena, da vida escrava, da vida sertaneja, da vida artesanal, da vida rústica, da vida proletária, da vida marginal; abaixo do limiar da escrita, ficaram as mãos que não puderam contar, no código erudito, a sua própria história (Mota, 1994).

contribui com suas reflexões sobre a implantação da cultura letrada no país através do prefácio do livro *Ideologia da Cultura Brasileira*, de Carlos Guilherme Mota.

Concorre também para a percepção dos múltiplos sentidos a respeito da História e sua escrita, o poema de Bertolt Brecht (1898-1956), que discute o tema das "maiorias sem nome" que fazem a História. São significativos os pensamentos da poética do autor no poema Quem Faz a História:

> Quem construiu a Tebas das sete portas?
> Nos livros constam os nomes dos reis.
> Os reis arrastaram os blocos de pedra?
> E a Babilônia tantas vezes destruída
> Quem a ergueu outras tantas?
> Em que casas da Lima radiante de ouro
> Moravam os construtores?
> Para onde foram os pedreiros
> Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
> A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
> Quem os levantou?
> Sobre quem triunfaram os césares?
> A decantada Bizâncio só tinha palácios
> Para seus habitantes?
> Mesmo na legendária Atlântida,
> Na noite em que o mar a engoliu,
> Os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.

Digitalizado com CamScanner

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os gauleses.
Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
Felipe de Espanha chorou quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu, além dele?

Uma vitória em cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava suas despesas?

Tantas histórias.
Tantas questões.

Bertolt Brecht

Quem faz a História? Os reis? Os generais? Os eclesiásticos? As "maiorias sem nome"?

Escrever sobre aqueles que historicamente representam as "maiorias sem nome" é interpretar e buscar os sentidos das transformações que o presente impõe sobre os modos de representar o passado. O processo histórico reúne importantes discussões políticas, porque revelam disputas na "construção de subjetividades", nas formas de recordação social e nas lutas culturais a respeito da "gestão da memória".

A Nova História e os estudos sobre Maria Felipa de Oliveira se encontram "na história como interpretação", na "abertura para outras fontes documentais", na "história do cotidiano" (Meneses, 2004, p. 47) e na "realidade concebida como culturalmente constituída" (Burke, 1992, p. 11). Além disso, pesquisas

Digitalizado com CamScanner

sobre a heroína e a Nova História encontram-se na especificidade, trazem conhecimentos que ensejam novas interpretações e buscam significados para construções simbólicas, imaginárias e mentais dos grupos sociais.

Nas pesquisas sobre Maria Felipa de Oliveira, encontra-se a heroína no romance histórico O Sargento Pedro, de Xavier Marques. O romance histórico é também história. A memória individual e coletiva perpassa o texto trazendo personagens históricos. Deve-se entender que não existe equivalência entre história e ficção, mas, apesar dos "fundamentos epistemológicos serem diferentes", tanto a história quanto a ficção se aproximam da realidade. Com referência à obra de Xavier Marques, David Sales, em Bahia, 1823 – "Relações com a Prosa de Ficção" comenta sobre O Sargento Pedro como romance histórico:

> Xavier Marques valeu-se de documentação para trazer fatos e costumes autênticos e verificáveis quer na tradição oral, quer nas crônicas, e menciona Accioli e Bernardino Nóbrega [...] quanto às lutas desenvolvidas em Itaparica, atingindo a vida de uma comunidade de pescadores. (Sales, 1973, p. 52)

Os comentários de David Sales levam à compreensão de que a ficção usou documentos, ou seja, Xavier Marques consultou os historiadores Accioli e Bernardino Nóbrega para escrever O Sargento Pedro, que serviu de fonte, também, para as pesquisas sobre Maria Felipa.

Há quatro décadas, um novo gênero de história ganha força com a denominada Micro-História, que tem como representantes Carlo Ginsburg, Giovanni Levi e Eduardo Grendi. Parece que essa forma de escrever história tem como principal

Digitalizado com CamScanner

razão a desilusão com a "narrativa grandiosa" do progresso, da revolução científica, da renascença, dentre outras.

A Micro-História relaciona-se com a antropologia e busca o relato realista do comportamento humano. Realiza a microanálise social dos esquecidos e anônimos, sem perder a perspectiva do mais amplo. Por este motivo, nela se escrevem ações políticas, processos econômicos, vidas que se ligam para além do local.

No caso de Maria Felipa de Oliveira, a pesquisa micro histórica foi utilizada, por ter sido possível descrever seu comportamento político, seu trabalho e seu cotidiano, num determinado período, relativo à Guerra da Independência, aproximadamente entre 1821 e 1823. Essa nova maneira de compor a historiografia humaniza a história, embora, de um modo geral, seja excluída na academia como método historiográfico.

Parece-nos que a Micro-História credita à historiografia o que pode se chamar de fecundidade metodológica, pelas possibilidades dos estudos dialéticos nas especificidades dos lugares e do que se pretende estudar dentro destes contextos.

Pode-se discutir que esta concepção metodológica leva o pesquisador a perceber múltiplos sentidos ao seu alcance, analisando a problemática escolhida para o estudo. No caso da Micro-História, pode-se levantar a hipótese de que as contradições são mais facilmente percebidas.

O entendimento da Micro-História encontra explicações no texto de Helena Rosa a seguir:

> O espaço local, alçado em categoria central de análise, constitui uma nova possibilidade, no quadro das interdependências entre agentes e fatores determinantes de

Digitalizado com CamScanner

> experiências históricas eleitas pela lente do historiador. Nessa nova concepção, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações [...] Não se trata de uma substituição do foco nacional, geral para o local (Rosa, 2007).

Contribui para a historiografia e para a função social de historiadores e, sem dúvida, para a Interpretação do Patrimônio Com Comunidade a concepção teórica de Maurice Hallbwachs sobre a Memória Coletiva, que estuda quem é o "outro". O pensamento implica análises da história referentes ao social e ao psicológico, assim como promove a interdisciplinaridade essencial ao entendimento da memória coletiva entre essas ciências.

Para Halbwachs, a memória é construída em grupo e também conta sempre com a participação do sujeito. Para ele a memória individual existe a partir da memória coletiva. As lembranças, portanto, são constituídas no interior dos grupos. Acredita que as lembranças podem ser reconstruídas.

Halbwachs, comentando Michael Polak, diz da disputa entre a memória oficial e as memórias "subterrâneas", com referência às camadas populares. Para Polak, o embate se dá pela incorporação das memórias silenciadas, um embate pela afirmação de uma identidade, que por pertencer a uma minoria se encontra marginalizada.

As pesquisas realizadas na Ilha de Itaparica lembram Halbwachs, quando diz:

> [...] se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação, será maior, como se uma mesma experiência fosse come-

Digitalizado com CamScanner

> çada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (Halbwachs, 1990, p. 25)

Cabe mencionar que a memória dos ilhéus recorda, por diversas vezes, a religião de Maria Felipa de Oliveira. Dos relatos orais ficou registrada a lembrança de que ela pertencia à religião do Candomblé. Conforme a memória insulana:

> [...] sua religião, a mesma de seus antepassados, é o candomblé dos Orixás e dos caboclos escondidos nas matas. (Fernando Rebouças – Informativo ASSABITA, Ano III, n. 33, Março/2008).

> [...] na véspera cumpriu-se o preceito da limpeza de corpo, para que todo o esforço [...] (Augusto Albuquerque – Informativo da ASSABITA, Ano III, n. 33, Março/2008).

A Ilha de Itaparica, entre a luta pela Independência (1823) e o presente (2010), viveu 187 anos, recuperando, na memória individual e coletiva, o heroísmo dos subalternos que os grupos dominantes se esforçaram em sepultar. Os dominadores escolheram lembranças e esquecimentos e fomentaram dúvidas e conflitos. A Bahia se apressou em esquecer Maria Felipa, mulher, negra, pobre e pescadora. Não foi apresentada nos livros didáticos, nem nas comemorações do Dois de Julho, mas, apesar de quase dois séculos de construção do esquecimento, a voz heróica de Maria Felipa não se calou na memória insulana. A respeito da memória, Sara Oliveira Farias afirma:

> Nesses relatos orais de memória, o mundo descrito "é sempre o mundo temporal", produzindo o encontro do passado com o presente, temporalidade que revela a dimensão humana da história que tece enredos e tramas na vida dos indivíduos. Deixando de lado a concepção linear e cronológica, em seu lugar, emerge a fabricação

Digitalizado com CamScanner

> das múltiplas narrativas, imbricadas, embaraçadas, produzidas das experiências humanas... Essas memórias em constante movimento reelaboram o vivido de homens e mulheres, reconstruindo a partir do "olhar do presente" suas experiências de vida ou suas recordações. (Farias S., 2008, p. 21-22)

A história do silêncio vem disfarçada, mascarada, no discurso de poder que nega a heroína. O silêncio, enquanto discurso, converte-se na batalha pela identidade, integra-se aos conflitos pela definição através da qual a comunidade civil, política e de cidadania sua dimensão histórica faz-se representar. A memória revela, notadamente, Maria Felipa pertencendo a uma minoria étnica e a classe social subalterna.

Recuperar a história é refletir não apenas o histórico, mas o político, o geográfico, o pedagógico, o antropológico e outras ciências humanas de forma inter-relacionada. As consequências de múltiplos sentidos e de suas construções discursivas sobre feitos heróicos impulsionam um movimento social, desmoronam ilusões sociais coletivas e mecanismos ocultos, mediante os quais a dominação se perpetua.

O trajeto da história de Maria Felipa, entre 1823 e 2010, perpetuou silêncios, apagamentos, conflitos e dúvidas. Por outro lado, multiplicou memórias e reflexões que fazem compreender que aquilo que "o mundo social cria, o mundo social pode desfazer."

Com referência a Maria Felipa, a ciência social, principalmente a "história do silêncio", preferiu reprimir o processo e o contexto nos quais o heroísmo dela se configurou. Os mecanismos invisíveis da "dominação simbólica" multiplicaram dúvidas sobre sua existência e refutaram as memórias coletivas perma-

Digitalizado com CamScanner

nentes em gerações. Ao contrário do que os grupos dominantes esperavam, o "destino reflexivo dos insulanos" (Osório, 1974) se intensificou com o tempo, aguçando interesses pelo heroísmo de Maria Felipa.

Defendem, hoje, a autonomia da sua presença histórica, dimensionada na política. As ações políticas democráticas, a exemplo das "Caminhadas Maria Felipa", da criação da "Casa Maria Felipa" e da "Associação Maria Felipa", lançam luzes sobre a violência, que coloca dúvidas a respeito da existência da heroína e da memória coletiva como método historiográfico de pesquisa.

O exercício da "violência simbólica" nos meios de comunicação aumenta os efeitos discriminatórios por ações reprodutoras, que fazem crer em determinadas significações e legitimam esses significados.

Pierre Bourdieu afirma ser a violência simbólica um ato sutil, que oculta relações de poder que atingem não apenas as relações entre os gêneros, etnias, classe social, mas toda a estrutura social. Dentre os meios de comunicação, a televisão tem um dos papéis mais incisivos sobre a lógica do poder simbólico. Pierre Bourdieu afirma que:

> [...] a análise crítica do papel da televisão é um elemento capital da luta contra a imposição da visão dominante do mundo social e do seu devir. O mais importante consiste na influência que a televisão exerce sobre a totalidade do jornalismo e através dele, sobre o conjunto da produção cultural [...] Ela atingiu também o campo jurídico; com os processos sensacionalistas arbitrados pela mídia, e no próprio campo científico, com a intrusão da notoriedade jornalística na avaliação dos cientistas e das suas obras [...] (Bourdieu, 1999).

Digitalizado com CamScanner

Os sentidos da história em Maria Felipa poderão multiplicar-se em sentidos plurais, que sinalizem para transformações sociais, culturais, especialmente as práticas de interpretação, circulação e aprovação, embora essas práticas, na mídia, possam tomar contornos os mais diversos inclusive pela "violência simbólica".

Discursos sociais a respeito da heroína se inquietam nos diálogos na Ilha e em alguns grupos de Salvador, quando pesquisadores da interpretação do patrimônio histórico e cultural falam da memória como método para esses estudos.

Em 2004, cerca de 1700 pessoas ouviram e buscaram respostas sobre o heroísmo de Maria Felipa na Independência da Bahia. Na composição destas 1700 pessoas incluem-se 400 pessoas em duas datas diferentes na Igreja do Rosário do Pelourinho, somando 800 pessoas, em dois seminários; palestra no SEBRAE da Rua Carlos Gomes, 60 pessoas; seminário na Ilha de Itaparica (COMAB) com 500 pessoas; seminário da FAMETTIG com 140; e 200 pessoas em associações diversas na cidade de Salvador.

Não teriam sido apenas Sóror Joana Angélica e Maria Quitéria de Medeiros? Teria existido uma heroína negra? Por que, durante tanto tempo, quase não se falou sobre esta heroína?

A competição de legitimidade deixou evidente que essa é mais uma forma de subordinar a diversidade étnica. Os confrontos teóricos entre os métodos documentais e a "memória coletiva" revelaram ausência de estudos sobre a memória como método de investigação científica. Uma elite intelectual conservadora, quanto a métodos de pesquisa, e a resistência à diversidade étnica, por outros tantos grupos, têm gerado ressonâncias sociais e políticas.

Digitalizado com CamScanner

A abrangência nacional do nome Maria Felipa de Oliveira, enquanto heroína negra da Independência do Brasil na Bahia, torna urgente a necessidade de pesquisas e de publicações para devolver à sociedade civil a defesa da diversidade.

A partir das práticas de interpretação e aprovação, é preciso lembrar que os poderes públicos colocaram, a partir de 2006, mas excluíram em 2007, retornando em 2008, a imagem de Maria Felipa ao longo do Cortejo do Dois de Julho, junto a outros heróis da Independência. Este fato, em que o poder público se serve de aparente contradição, reforça a compreensão de que símbolos e alegorias fazem parte das lutas políticas e ideológicas.

> Como se sabe, processos de mudança política e social favorecem a resignificação e a proliferação de novas imagens [...] (Horta, 2003, p. 146).

Contudo, parece-nos que a "dominação simbólica" sobre a heroína negra tenha sido mais contundente na sua representação enquanto símbolo de uma etnia. Durand diz que o símbolo "faz aparecer um sentido secreto". Reporta-se a Paul Ricoeur ao classificar o "símbolo autêntico" em três dimensões concretas: o cósmico, o onírico e o poético. Dentre estas, ressalta-se a dimensão onírica no heroísmo dessa mulher negra, "que constitui a massa concreta de nossa biografia mais íntima" e, a poética, que se reporta "a linguagem impetuosa, a mais concreta" (Durand, 1988, p.15-16).

Provavelmente, as elites, a partir da representação simbólica da heroína, sintam-se ainda mais ameaçadas de perder o controle que exercem sobre um poderoso instrumento que é a cultura dominante.

De acordo com Bourdieu:

Digitalizado com CamScanner

> [...] a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico é produzido pela cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (Bourdieu, 2003, p. 10-11).

Apesar da "dominação simbólica" das classes dominantes, Maria Felipa de Oliveira expressa, na memória do insulano, significados e sentidos de um patrimônio histórico e cultural de um lugar.

A Ilha de Itaparica, enquanto detentora de saberes culturais sobre Maria Felipa, construiu discursos da memória coletiva, configurando um acervo histórico, expressado nos diálogos cotidianos. Enquanto símbolo ultrapassa conceitos e representações que lhe emprestam fundamentos.

No contexto histórico-simbólico das lutas pela Independência, Maria Felipa aparece, com frequência, ligada à imagem do fogo, quando "acende tochas", "ilumina com tochas acesas os caminhos" e "queima barcos atirando tochas acesas, juntamente com suas companheiras e companheiros". Tomando como referência Durand, pode-se dizer que a heroína tem como significação simbólica o fogo, que representa o "heroísmo solar", o

Digitalizado com CamScanner

qual não concorda com a submissão, nem com a "ordem de um destino" (Durand, 1988, p.159). O "heroísmo solar" refere-se a guerreiros. A imagem simbólica da heroína está também ligada ao mar, à água, por ter sido pescadora, marisqueira e ter "lutado dentro do mar". O mar tem significações de "lugar dos nascimentos, das transformações e dos renascimentos" (Chevallier, 1997, p. 592).

Os gestuais que acompanham as narrações são ricos em simbologias. A propósito de "integrar o gesto à história", Peter Burke tece o seguinte comentário:

> [...] O território do historiador expandiu-se e incluiu muitos assuntos novos, como a história do corpo, incluindo o gesto... Distinguindo os gestos conscientes e inconscientes, ritualizados e espontâneos, das origens (tanto visuais como literárias), das variações regionais e sociais [...] (Burke, 2000, p. 93).

Os discursos gestuais dos insulanos contribuem para a história e para a composição de novos símbolos, quando relatam sobre a heroína, traçando caminhos, apontando lugares, delimitando espaços de luta e da vida cotidiana como pescadora. Emitem sons que lembram tiros de canhão, movimentam o corpo em estéticas de capoeira e de ataque aos lusitanos. Murmuram em harmonias diversas o nome da heroína, compondo "códigos simbólicos dos sentidos da musicalidade". Imitam o fogo das "tochas acesas", crepitando sons, gesticulando arremessos ao longe como se fora num barco ao mar. As "gesticulações comunicantes" transformam o sujeito que narra em "ser ritual", "tornam-no eloquente". Liberto pelo imaginário, celebra o fogo, a água e os lugares de luta, "os repertórios de histórias rememoradas e analisa, decompõe, ordena e ressignifica os símbolos" do heroísmo dos guerreiros (Farias E., 2008, p. 19-20).

Digitalizado com CamScanner

O universo simbólico de Maria Felipa de Oliveira revela-se como patrimônio cultural com o fogo e a água, que são os símbolos mais utilizados nas falas e gestuais cotidianos. Além disso, a cultura comunitária traz, no dia-a-dia, os relatos das proezas da figura emblemática e participam, com esta heroína, atitudes que podem ser chamadas de "realização tribal". Este ambiente emocional demonstra um forte sentimento de pertencer às histórias heróicas da Ilha de Itaparica. Usam no cotidiano roupas que lembram a heroína, como saias compridas e torços próprios da identidade africana. Contribuem para a identificação com Maria Felipa as vestes que a heroína usava, relatadas da memória dos insulanos:

> [...] vestia-se com saia rodada, bata, torço e chinelas" (Cassimélia Costa – Carta de Cessão 2007).
>
> [...] com a camisa descaída, as costas lavadas de suor, os cabelos revoltos, agita-se a frente da turba [...] (Xavier Marques, 1921, p. 298).
>
> [...] com sua tradicional veste, saião, turbante, blusa branca bordada, chinelas e nas mãos um chicote feito de cansanção [...] (Laura Pimentel – Carta de Cessão 2009).

Neste caso, o corpo é "oferecido em espetáculo" e serve de meio de reconhecimento. "Tem uma função simbólica: afirmar... uma participação... em determinado grupo". (Maffesoli, 2007, p. 65)

A respeito do "corpo oferecido como espetáculo", Maffesoli afirma:

> [...] trata-se de signos, rituais que por superficiais que sejam, pretendem traduzir um parentesco interno [...] integrando os afetos, a emoção, os sentidos e [...] o in-

Digitalizado com CamScanner

> consciente coletivo. O fato de assim levar a sério o jogo teatral, essa fenomenologia, em seu sentido estrito, ressalta a importância da comunicação não verbal, lococentrada [...] dando ênfase a uma espécie de patrimônio afetivo. Partilha de pedaços dessa terra que, assim, faz com que cada um só possa existir em sua relação com o outro, não por si mesmo [...] (Maffesoli, 2007, p. 65-66).

Os insulanos e soteropolitanos, conscientes do papel político e pedagógico da heroína na contemporaneidade, constroem rituais no Sete de Janeiro, nas Caminhadas Maria Felipa, nas Caminhadas de Resistência da Casa Maria Felipa e nas celebrações da Associação Maria Felipa. Tais rituais, onde o corpo é "oferecido como espetáculo", constituem-se em cenas de transfigurações do espaço, que a dimensão da heroína confere à identidade afrodescendente. Os discursos das comunidades encontram novos sentidos na função simbólica ritualística, impondo-se integradora contra a fragmentação identitária desta época. Danças, cantos e vestimentas coloridas emprestam às celebrações rituais um novo entendimento político sobre Maria Felipa. A força poética do rito transpõe a guerreira para os sentidos simbólicos da liberdade.

Maria Felipa desencadeia forças na sucessão dos dias em manifestações culturais e outras linguagens. Lembra-se, aqui, do Grupo Zé do Vale, da Ilha de Itaparica, que, a partir de 2003, desejou realizar um Teatro de Rua sobre Maria Felipa. O "Sete de Janeiro", no município de Itaparica, levava e voltou a levar, a partir de 2008, uma mulher negra e alta, vestida de Maria Felipa.

A comunidade insulana revisita emoções, inaugurando uma pedagogia simbólica para o equilíbrio sócio-histórico dos

Digitalizado com CamScanner

ilhéus. As comunidades se tornam educadoras na experiência compartilhada.

Maria Felipa, numa perspectiva simbólica, educa para a redução da desigualdade. A análise do seu heroísmo pode levar a ações na direção de transformações sociais. Para se modificar, deve-se entender o educar como ato político e, deste modo, direcionar a pedagogia para a politização do ensino, permitindo ao educador construir, com o aluno, os sentidos das ações e dos valores advindos da heroína.

O processo educativo da preservação da memória, por exemplo, e as ações apresentadas no segundo capítulo, entre 1905 e 2010, além das pesquisas já realizadas, intentam a celebração da identidade, mediante lembranças partilhadas da vida e a luta de uma mulher, analisando os simbolismos e os valores da sua personalidade. Também direciona para novas trilhas de exploração histórica na trajetória que leva à compreensão de outras formas de compartilhar o poder, a liderança e o respeito, enfrentando o desafio de educar para a cidadania.

Lourdes Horta comenta que a memória política apresenta, geralmente, juízos de valor que, neste caso, são concebidos como conceitos de apreciação. De fato, podem-se observar nas concepções dos insulanos os valores atribuídos à Maria Felipa, enquanto heroína da Independência. São valores ligados à etnia, analogias entre as lutas da Independência e as lutas sociais de hoje, como desigualdade social, dignidades e virtudes, busca da cidadania, afirmação afro descendente, símbolo étnico da liberdade, da coragem, bravura e fé. Estes valores constituem-se em unidades culturais de significados convividos pelos insulanos.

Divulgar e levar a efeito atividades de preservação de Maria Felipa, enquanto heroína negra, tornou-se uma exigência

Digitalizado com CamScanner

social compensatória, notadamente devido à Lei 10.639/2003, que determina o estudo da história afro-brasileira e africana nas escolas e universidades.

Um enfoque interdisciplinar pode ser construído nas escolas ou fora delas, notadamente pelas possibilidades dos estudos históricos com base na Micro-História. Através dela, pode-se estudar da história de Maria Felipa os objetos patrimoniais, como o Centro Histórico de Itaparica e a Ponta das Baleias. Igualmente, deve-se analisar o patrimônio material, referente às moradias das classes subalternas à época e seus artefatos patrimoniais. Estes recursos educacionais permitem ultrapassar os limites das áreas/disciplinas e direcionam para a aprendizagem de novas competências e habilidades no campo do patrimônio, memória e cidadania.

Para falar em educação para a cidadania, deve-se dizer que a própria História e o trajeto da sua escrita no país dificultaram a construção de conceitos e de práticas cidadãs, devido à política dominante produtora de exclusões. Hebe Mattos contribui para elucidar esta questão:

> Quando pela primeira vez se definiu a cidadania brasileira e os direitos a ela vinculados, na emancipação política do país, 1822, o Brasil comportava uma das maiores populações escravas das Américas... Naquela ocasião, quando o Brasil surgia como nação moderna no mundo ocidental, apesar da opção por uma monarquia constitucional de base liberal, a instituição da escravidão permaneceu inalterada, garantida que era pelo direito de propriedade, reconhecido na nova constituição... A Constituição Imperial de 1824 reconheceu de forma explicita os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros (dos quais estavam excetuados escravos), diferenciando-

Digitalizado com CamScanner

> os apenas, do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses. (Carvalho, 2009 p.358).

Convém lembrar que, entre o século XVIII e os dias atuais, a escrita da História passou por diferentes fases, que podem ser ditas ideológicas: foi factual, descritiva; excluiu contextos, críticas, análises interpretativas; e foi elaborada de forma isolada do mundo. A partir de 1960, começou a interagir com outras áreas das ciências humanas e a superar o trato tradicional que se fundamenta apenas em documentos, com concepções dominantes. Na atualidade, é refletida como uma ciência em contínua transformação, compreendendo sua escrita como reflexão de problemas, ideias e valores da época de forma inter-relacionada, com análises de sua complexidade.

Entende-se que a História brasileira deve ser submetida também a novos processos historiográficos para ser reelaborada e reescrita de forma crítica e cidadã. É dentro deste modo de pensar que se tenta escrever sobre Maria Felipa de Oliveira. É relevante afirmar que o sujeito deve ser educado na própria História, pois este é um direito do ser humano. Conhecer a própria História, a História do seu grupo, de sua comunidade, de seu gênero, de sua etnia, coloca-se como condição indispensável para se integrar com o futuro e com a vida social e política. Estas análises levam ao entendimento de que:

> [...] o presente impõe a urgência de uma sociedade na qual homens e mulheres redefinam o papel do Estado, renovem os sentidos do nacionalismo e, sobretudo, inaugurem práticas efetivas de exercício da cidadania [...] Essas considerações implicam muito mais do que forjar a Nação: trata-se de construir a sociedade [...]. (Duarte, p. 568, 2009).

Digitalizado com CamScanner

A interpretação do patrimônio histórico cultural sobre a heroína Maria Felipa de Oliveira construiu entre 1905 e 2010 expressões da história e da cultura. A primeira delas foi a Rua Maria Felipa (1905), no município de Itaparica, seguida da Lei Municipal 399/94, que decretou a Medalha Maria Felipa, no município de Vera Cruz. A terceira expressão interpretativa foi a Caminhada Maria Felipa em 2002 (Vera Cruz/Itaparica) e, também, o início das pesquisas e interpretações comunitárias.

As manifestações da interpretação patrimonial encontram-se ao longo deste livro apresentadas de forma didática no seu final. O patrimônio histórico cultural Maria Felipa de Oliveira deve ter continuidade em suas manifestações, tomando o ano de 2010 como um novo ponto de partida para a preservação da memória na perspectiva da cidadania.

Digitalizado com CamScanner

Capítulo 2

A História de Maria Felipa de Oliveira

2.1 O significado de Maria Felipa na Diáspora Africana

Ubaldo Osório reporta-se à Maria Felipa de Oliveira como heroína, expressando-se da seguinte forma: "Maria Felipa, a heroína da independência, encabeçou o movimento..." (Osório, 1942, p. 103).

"A Bahia é um lugar de memória identitária da ancestralidade africana" (Finley, 2005, p. 38-39) e Maria Felipa de Oliveira viveu uma história singular na Ilha de Itaparica, na Independência do Brasil. A dimensão simbólica das lutas nas quais participou, criou estratégias, ironizou situações, tornou sua memória uma ressignificação do presente e proposta para contribuir na transformação do futuro.

A História, respaldada na memória individual e coletiva dos insulanos sobre Maria Felipa de Oliveira, traz no imaginário político a memória da África. Pode-se dizer que Maria Felipa, mulher negra, promove o:

Digitalizado com CamScanner

> [...] retorno simbólico a uma terra natal ancestral [...] tornada visível pela [...] memória da África como um lugar que diz respeito à família de origem no comércio transatlântico de escravos. (Finley, 2005, p. 38-39)

O "retorno simbólico" leva à concepção de que a diáspora africana "carrega consigo a promessa do retorno redentor" (Hall, 2003, p. 29). Stuart Hall comenta que nessa metáfora a história se traduz de forma "teleológica e redentora", restaurando, pela possibilidade do "retorno", o "momento originário".

Maria Felipa está entre aqueles que participaram do movimento político pelo qual "[...] homens negros e pobres manifestaram o seu descontentamento contra a monarquia portuguesa e contra a sociedade escravista na Bahia [...]" (Araújo, 2004).

A luta pela independência brasileira ocorreu num momento de política de escravização do africano. A respeito dos africanos e seus descendentes na Independência, Ubiratan Castro de Araújo, afirma:

> [...] por ironia da História, é justamente no interior da instituição encarregada de impor cotidianamente a ordem da escravidão e da colônia que se desenvolveram as condições de contestação organizada contra a monarquia absolutista portuguesa na Bahia. Em uma sociedade urbana tão marcada pela diversidade de atividades econômicas, pela segregação espacial, racial e social dos seus habitantes, a força armada (1ª Linha, Milícias e Ordenanças) constituiu o único espaço institucional em que os indivíduos pertencentes às camadas sociais subalternas puderam estabelecer uma relação estável, ainda que pautadas na hierarquia e na disciplina militar, onde até os oficiais oriundos das camadas mais ricas, compostas pelos brancos da terra, também estavam des-

Digitalizado com CamScanner

> contentes com a supremacia portuguesa [...]. Esses negros da terra, mecânicos e soldados, não mais africanos e sem chances de se tornarem portugueses, pensavam mais além do estômago. Eles sonharam vir a ser iguais em direitos aos brancos, o que só poderia ser viável em um outro Estado que os incluísse como cidadãos [...]. (Araújo, 1999, p. 13).

Maria Felipa de Oliveira lutou pela igualdade de direitos combatendo na Campanha da Independência. Essa adesão voluntária à proposta política da Independência traduz seu discurso e tomada de consciência. Durante a guerra da Independência, a Ilha configurou-se como um lugar no qual Maria Felipa tornou-se uma das protagonistas dos direitos humanos. Dentro desta perspectiva, pretende-se realizar uma breve análise sobre a participação de Maria Felipa de Oliveira nesse contexto histórico, cultural e social.

2.2 Independência do Brasil

A Independência do Brasil, que foi proclamada em 1822 pelo Príncipe D. Pedro, "às margens do Rio Ipiranga", e se concretizou no Dois de Julho de 1823, na Bahia, ocorreu através de relações de interesses econômicos entre Portugal e Inglaterra. Os confrontos diplomáticos na Europa provocaram mudanças em sua hegemonia e trouxeram consequências políticas entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira.

Os conflitos hegemônicos passaram pela política militar de Napoleão Bonaparte, que desafiava a Inglaterra, o que pode ser visto em Tavares, ao afirmar que:

> Os acontecimentos na Europa alcançaram nível de decisão final... Todos os ingleses que estivessem na Europa,

Digitalizado com CamScanner

> já submetida à França seriam presos e as suas mercadorias confiscadas. Napoleão estava decidido a vencer a Inglaterra fechando-lhe todos os mercados da Europa. O "Bloqueio Continental" tornou-se o centro da política exterior e militar do Imperador da França [...] Em outubro (1807) [...] concluiu um tratado com a Espanha [...] estabelecendo que Portugal fosse ocupado e a Família Bragança perdesse o Trono. Cinco dias antes, diplomatas portugueses haviam assinado em Londres o convênio da transferência do governo de Portugal para o Brasil. (Tavares, 2008, p. 210-211).

Em 14 de novembro de 1807, uma frota inglesa fechou a foz do Tejo. O general francês Anoche Junot invadiu Portugal com a intenção de prender o Príncipe Regente D. João, contudo, a Corte Portuguesa veio antes para o Brasil em 29 de novembro do mesmo ano, "protegida por quatro navios de guerra ingleses", chegando à cidade de Salvador, em 22 de janeiro de 1808. O governo português se instalou no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821, vivendo, nesses treze anos, as ressonâncias dos jogos de poder da Europa e entre esta e suas colônias, notadamente as de Portugal situadas na África, Índia, China, Indonésia e América do Sul.

A política econômica de D. João, oriunda, em grande parte, dos tratados de 1810, assinados com os ingleses, trouxe a presença da Inglaterra no comércio com Portugal que foi, de certo modo, garantida pelo Comitê de Defesa dos Interesses Ingleses, que negociava com o Brasil desde a vinda da Corte, em 1808. Os comentários dos historiadores deixam evidente que

> [...] o comércio português em 1800, retrata muito bem uma situação que vinha crescendo desde a primeira metade do século XVIII: a presença da Grã-Bretanha no

Digitalizado com CamScanner

> "Exclusivo Comercial Brasil-Portugal". Charles Boxer destacou a atuação dos comerciantes ingleses, seja no comércio legal, seja no contrabando [...] O que levava Portugal à submissão inglesa era seu "pequeno reino com vasto império". Esta situação força-o a um processo de alienação de "parte de seu exclusivo colonial, em troca de proteção política e militar". (Carvalho, 2009 p. 514).

A Corte Portuguesa, no Brasil, durante mais de uma década, modificou a relação com a metrópole, que declinou economicamente. A perda dos privilégios dos metropolitanos gerou insatisfações que fomentaram a Revolução do Porto, em Portugal, em 1820. Em agosto deste mesmo ano, os "revolucionários" estruturaram um governo único, mediante a "Junta Provisional do Governo do Reino", que pretendia elaborar uma Constituição, convocar as Cortes e exigir a volta imediata de D. João para a metrópole.

As Cortes atuavam como "soberanas", impondo a sua autoridade ao Rei e, para retornar aos privilégios, propuseram medidas que recolonizassem o Brasil, como a "nomeação para cada província brasileira de um governador das armas como delegado direto do poder executivo português". Limitações como esta, imposta por Portugal ao Brasil, gerou um clima de tensão entre brasileiros e portugueses.

A pressão política lusitana fez com que D. João retornasse a Portugal em abril de 1821, ficando como substituto do Rei, seu filho o Príncipe Regente. A regência do Príncipe não se realizou num clima pacífico. A partir de abril de 1821, ocorreram disputas entre a política de recolonização imposta pelas Cortes e os interesses dos brasileiros.

Digitalizado com CamScanner

Dessas divergências, formaram-se duas facções: de um lado, os brasileiros lutavam pela manutenção da independência administrativa e, de outro lado, os portugueses, a favor da recolonização. A política recolonizadora contou com a fidelidade das tropas portuguesas, no Brasil, à Revolução do Porto e à exigência dos lusitanos para que D. Pedro fosse favorável à Constituição que estava sendo elaborada na metrópole. Queriam também a revogação do Estatuto do Reino Unido outorgado ao Brasil desde 1815.

Contudo, recolonizar o Brasil seria complexo porque existiam grupos relativamente organizados contra este objetivo, os quais estavam de acordo com a independência brasileira como a imprensa e os setores sociais urbanos e das províncias, inspirados nos ideários liberais. Com a finalidade de atingir os propósitos políticos de separação do Brasil de Portugal, em maio de 1822, forças políticas brasileiras determinaram que as ordens portuguesas só aconteceriam com o "Cumpra-se" do Príncipe. Em junho, D. Pedro convocou eleições para a Assembleia Constituinte e, em agosto, as Cortes determinaram o seu retorno a Portugal.

Em 7 de Setembro de 1822, o Brasil separou-se de Portugal quando D. Pedro proclamou a Independência. Apesar de proclamada a independência, o Brasil manteve, em sua estrutura, os três séculos da vida colonial, a exemplo da "escravidão dos africanos e seus descendentes" e "a grande propriedade nas mãos de poucos". (COSTA, 1979, p. 42-44).

A Independência do Brasil não foi aceita pelos governadores portugueses de algumas Províncias, como a Bahia, que contava com o apoio das tropas portuguesas.

Para fazer frente a esta situação, D. Pedro I organizou tropas brasileiras, contratando estrangeiros e convocando vo-

Digitalizado com CamScanner

luntários do país. Trouxe os ingleses John Greenfield e John Taylor; o Almirante escocês Lorde Cochrane – Comandante da Esquadra Brasileira; e, para o exército, o General francês Pedro Labatut. Entre os brasileiros, o Tenente Coronel José Joaquim de Lima e Silva e o português naturalizado, General Frederico Lecor – Governador da Província Cisplatina. Contou com a colaboração de milícias compostas por civis e voluntários índios e negros – livres e escravos. O autor Ladislau dos Santos Titara, em sua poética, cita o "Batalhão de Pretos da Bahia" comandado pelo Major Manoel Gonsalves da Silva. (Titara, 1973, p. 133). Este mesmo autor fala da participação dos índios Tupinambás e Tapuyas, como "Gentes dos Brasis", que participaram das lutas pela Independência. (Titara, 1973, p. 81).

A respeito dos escravos, Hebe Matos relata:

> Durante as lutas da Independência, no Rio de Janeiro ou em Salvador, por mais de uma vez a autoridade monárquica pediria aos senhores de escravos que cedesse alguns cativos crioulos para as tropas brasileiras. Em face da atitude titubeante – quando não francamente contrária à proposição – dos proprietários, muitos escravos se anteciparam e fugiram para se alinhar entre as tropas brasileiras. Após as lutas, o governo imperial determinaria que fosse assegurada a alforria a estes escravos (mediante indenização aos proprietários), em nome dos serviços prestados à "Causa do Brasil". O recrutamento de escravos e libertos para lutar nos batalhões patrióticos em regimentos... foi uma prática comum em Salvador [...]. (Hebe Matos, 2009, p. 363-364).

Nos estudos realizados sobre a participação feminina na Independência do Brasil na Bahia, Sóror Joana Angélica foi considerada Mártir da Independência, porque ofereceu "o primeiro sa-

Digitalizado com CamScanner

crifício de então para nossa emancipação política"[1] Faleceu no dia 20 de fevereiro de 1822 assassinada pelos soldados portugueses.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros "violentando" um "destino pacífico [...] alista-se num batalhão e vai ao lado dos soldados [...] nos ásperos combates que se travavam" (Souza, 1936, p.104). Foi chamada de "soldado Medeiros" até o dia em que se revelou a sua identidade feminina. Lutou no exército pela Independência.

Maria Felipa de Oliveira "nasceu, viveu, lutou e morreu" (Cassimélia Costa – Entrevista 2009) na Ilha de Itaparica e foi voluntária na Campanha da Independência. Considerada, na memória do insulano, como *Heroína Negra da Independência do Brasil na Bahia*. Maria Felipa é heroína épica porque criou estratégias de lutas para os campos de guerra e trabalhou como auxiliadora na pesca de baleias.

Os baianos lutaram entre 1821 e 1823, no mar, no Rio Paraguaçu, em Salvador, em algumas ilhas como a de Itaparica e em diversas vilas do Recôncavo, pela separação do Brasil de Portugal. A concretização da Independência do Brasil ocorreu com a expulsão da esquadra portuguesa comandada por Madeira de Melo, da Baia de Todos os Santos, no dia 2 de julho de 1823.

O reconhecimento da independência aconteceu, em primeiro lugar, pelos soberanos do Benin, Obá Osemwede, e de Lagos, Obá Osinlokum (1824). Em seguida, pelos Estados Unidos (1824) e México (1825). Portugal acatou a independência do Brasil em 1825 e recebeu dois milhões de libras esterlinas, como uma das formas de ser indenizado por perder a colônia.

---

[1] Anais do I Congresso de História da Bahia, Salvador: Tip. Beneditina, 1951, p. 262, v. 5.

Digitalizado com CamScanner

2.3 Independência da Bahia

Grupos portugueses, na Bahia, concordavam com as Cortes de Lisboa e não acatavam a regência do Príncipe. Contudo, militares e civis baianos já se organizavam, em 1821, em oposição à monarquia absolutista portuguesa.

Alguns brasileiros da Bahia conspiravam contra a política de recolonização, organizando um "levante" que ocorreu em dois momentos: no Forte de São Pedro e na Câmara de Salvador. O primeiro episódio aconteceu em 10 de fevereiro de 1821, comandado pelo brasileiro Tenente Coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães. Nele, o Coronel Luís Pires Borralho, oficial português, se pronunciou contra o movimento "liberal-constitucionalista" aceito no Porto e em Lisboa, em 1820. O segundo momento ocorreu em reunião na Câmara de Salvador, quando o Conde de Palma, então governador, propôs uma Junta Provisória para o Governo da Bahia.

Os militares brasileiros e portugueses ligados ao movimento se juntaram na Praça da Câmara, tomando posições de combate na Rua do Rosário de João Pereira, Aflitos, Campo Grande e Enseada da Gamboa. O Conde de Palma confiou a repressão ao Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Em 3 de setembro de 1821, foram eleitos os deputados da Bahia que viajaram às Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa, a fim de participar da elaboração da Constituição para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em Lisboa, os deputados não aceitaram como legítima a presença de poucos deputados brasileiros, quando deveriam estar presentes todos os deputados do Brasil. Dentre os baianos, José Lino Coutinho, Cipriano Barata, Francisco de Barros e Francisco Gomes mantiveram

Digitalizado com CamScanner

atitudes de "defesa dos princípios liberais e contrários a qualquer subordinação da Bahia a Portugal". (Tavares, 2008, p. 227)

As Cortes definiram que não permitiriam um governo central em qualquer das províncias brasileiras. A fim de efetivar esta decisão, iniciaram atividades em 29 de setembro de 1821, alterando os comandos militares no Brasil e subordinando-os a Lisboa. Na mesma ocasião, foi ordenado o retorno de D. Pedro a Portugal.

A Junta Provisória de Governo da Província na Bahia subjugou-se a Lisboa e aos oficiais que comandavam a Legião Constitucional Lusitana, dirigida por Madeira de Melo. Contrários às atitudes submissas da Junta Provisória, militares e civis brasileiros armados ocuparam a Câmara determinando a deposição da Junta.

Em 3 de novembro de 1821, o General Madeira de Melo, com a Legião Lusitana, ocupou a Praça, as ruas Direita do Palácio e da Misericórdia, a Sé e o Terreiro de Jesus. Em razão desta ocorrência, manifestaram-se brasileiros contra Portugal, que foram presos e levados para Lisboa. Ainda nesta data, ocorreram conflitos entre soldados brasileiros do Regimento de Artilharia e portugueses da Legião Constitucional Lusitana, quando pereceram soldados brasileiros.

Em 9 de dezembro de 1821, Madeira de Melo é nomeado Governador das Armas no lugar do brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães. Mais uma situação de conflito ocorreu com esta substituição, principalmente, quando Madeira de Melo decidiu requisitar o "comando". Com este objetivo, enviou comunicação a Freitas Guimarães e aos comandantes dos Fortes de São Pedro, Santo Antonio e Barbalho, determinando o acatamento da "sua autoridade".

Digitalizado com CamScanner

O Primeiro Regimento de Infantaria não aceitava Madeira de Melo como Governador das Armas. Por esta razão, organizou com militares e civis brasileiros uma resistência contra a nomeação de Madeira de Melo. Ao saber deste movimento, Madeira de Melo ordenou que as tropas portuguesas ficassem de prontidão. Houve, por parte dos brasileiros, uma tentativa de conciliar uma junta militar, na qual fariam parte Madeira de Melo e o brasileiro Freitas Guimarães.

A recusa de Madeira de Melo à conciliação proposta veio acompanhada de ofensiva das tropas portuguesas, em 19 de fevereiro de 1822, com ataques ao Forte de São Pedro e aos quartéis da Palma e Mouraria, onde estavam oficiais e soldados brasileiros. Próximo aos quartéis (Palma e Mouraria) situava-se o Convento da Lapa, das religiosas concepcionistas, cujo claustro era vedado a homens.

Os soldados portugueses assassinaram a Abadessa Sóror Joana Angélica. O historiador Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, transcrevendo o ofício da Câmara da Bahia de 16 de março de 1822, dirigido ao Rei de Portugal, declara:

> [...] violada a clausura do convento das religiosas da Lapa, depois de as cobrirem de impropérios, assassinaram desapiedadamente com uma baioneta, a respectiva Abadessa Joana Angélica, ao tempo em que lhes abria a porta, que eles pretendiam arrombar, não poupando até ao idoso e respeitável capelão desse convento, Daniel da Silva Lisboa, que a coice de espingarda o deixaram por morto; e aterradas com tais violências as mesmas religiosas, receando ainda a continuação de outros ataques, saíram do seu convento e se foram recolher ao do Desterro.[2]

---

[2] Anais do I Congresso de História da Bahia, V Volume, 1951, p. 58

Digitalizado com CamScanner

Nesse mesmo dia, Madeira de Melo ordenou que as religiosas do Convento das Mercês se retirassem para o Convento da Soledade. A morte violenta da Abadessa deixou a cidade de Salvador "em comoção".

Enquanto tal acontecia em Salvador, no Recôncavo, as mulheres que lutavam nos campos de batalha repensavam sobre a guerra, os assassinatos e até mesmo genocídios. Refletiam os preconceitos e discriminações. Maria Quitéria de Medeiros e Maria Felipa de Oliveira certamente ficaram sabendo. Xavier Marques comentou que os pescadores voluntários de guerra, a exemplo de Maria Felipa e as quarenta mulheres, tomaram conhecimento da morte da "Madre Joana Angélica" (Marques, 1921). O temor aos combates colocou os voluntários em estado de "tristeza".

Madeira de Melo intimou a se render o Forte de São Pedro, que resistiu a sua ordem, entregando o "termo de rendição", no dia seguinte. No dia 21 de março, o Forte foi tomado pelos portugueses e Manoel Pedro de Freitas Guimarães levado preso para Lisboa.

Salvador foi ocupada pelo governo militar de Madeira de Melo. As tentativas deste general em proclamar harmonia entre Bahia e Portugal não surtiram o efeito desejado. Pelo contrário, a Bahia se revoltava contra o comando português. A estratégia de dominação confirmou-se, mais uma vez, quando, em 18 de março de 1822, os reforços de tropas portuguesas, sob a chefia de Francisco Joaquim Carreti chegaram à Baia de Todos os Santos, expulsas do Rio de Janeiro, após o episódio do "Fico".

Possibilidades de novos "choques" fizeram famílias de Salvador viajar para as vilas do Recôncavo. A Bahia se definiu e se organizou a favor do Príncipe Regente entre maio e junho de

Digitalizado com CamScanner

1822, com decisiva participação das Vilas do Recôncavo. Uniram-se proprietários de engenho, oficiais militares e intelectuais a favor de D. Pedro, assinando um documento elaborado por Francisco Gomes Brandão, apelidado de Montezuma.

Aqueles que estavam de acordo com o Príncipe marcaram para 12 de junho de 1822, na Câmara em Salvador, para conclamar D. Pedro como Regente. Contudo, Madeira de Melo, com as tropas portuguesas, fechou as ruas que conduziam ao prédio da Câmara.

As Vilas do Recôncavo, no exercício de novos esforços pela Independência brasileira, desenvolveram ações de defesa do Príncipe D. Pedro. Em 14 de junho de 1822, na Câmara de Santo Amaro, defensores da Regência do Príncipe proclamaram: "Que aja no Brasil um centro único de poder executivo, que este Poder seja exercido por Sua Alteza Real, o Príncipe Regente".

A partir deste momento, efetivaram-se aclamações no Recôncavo, começando pelo Sítio de Belém, próximo à Vila da Cachoeira. Em seguida, em Cachoeira, no dia 25 de junho de 1822, para saber "do povo, e tropa [...] se erão contentes que se aclamasse a S.A.R., o Sr. Pedro de Alcântara, o Regente e Perpétuo Defensor e Protetor do Reino do Brasil". À resposta afirmativa, o procurador da Vila, Manoel Teixeira de Freitas, "jogou o estandarte da Câmara para mais de quatrocentos homens armados que se posicionavam em frente ao prédio". (Tavares, 2008, p. 237)

Alguns moradores da Vila estavam na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em um *Te Deum*, quando uma canhoneira da esquadra de Madeira de Melo aportou para fechar o Porto de Cachoeira, dando um tiro de canhão, do que os portugueses se aproveitavam para atirar de suas casas nos brasileiros que passa-

Digitalizado com CamScanner

vam nas ruas. No dia 26 se trabalhou na composição da Primeira "Junta Interina Conciliatória e de Defesa".

A Junta criada tomou as seguintes providências: encaminhou mensagens às vilas e povoações para dar conta da aclamação do Príncipe e da violência dos portugueses solicitando que homens e armas fossem organizados para impedir os tiros de canhoneiras e, também, os tiros dos portugueses nos brasileiros nas ruas de Cachoeira.

No dia 28 de junho de 1822, os portugueses colocaram uma bandeira branca na canhoneira. O povo de Cachoeira trouxe presos da canhoneira o Capitão e 26 marujos portugueses. Nesta ocasião, a Câmara da Vila enviou a D. Pedro uma proclamação: "Vossa Alteza Real é nosso Defensor Perpetuo".

Na mesma época, alguns integrantes da Junta Provisória de Salvador a abandonaram, viajando para Santo Amaro e Rio de Janeiro. Esta atitude enfraqueceu a Junta Provisória por demonstrar desarmonia quanto aos seus propósitos.

A "adesão das Vilas" à regência de D. Pedro teve continuidade com a Câmara da Vila de Maragojipe que proclamou: "No Reino do Brasil deve residir um único "Centro de Poder Executivo na Pessoa do Príncipe Real".

Em 29 de junho, chegou à Cachoeira uma delegação das Vilas de São Francisco do Conde e de Santo Amaro propondo que a Junta criada no Recôncavo aumentasse suas ações e formasse um governo militar e civil legítimo para todas as Vilas do Recôncavo. Neste dia, aclamaram D. Pedro como Regente Constitucional do Brasil, as Vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro. Assumiu o comando das tropas milicianas Antonio Joaquim Cavalcante de Ávila Pereira.

Digitalizado com CamScanner

Em agosto, as Vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro solicitaram que se estabelecesse um "governo geral para o Recôncavo, Câmara da Bahia e toda a província", contando com um Conselho, ao qual "todas as autoridades civis e militares ficariam subordinadas". As Vilas que compuseram este propósito foram: Santo Amaro, Cachoeira, São Francisco do Conde, Jaguaripe, Maragojipe, Inhambupe, Pedra Branca, Abrantes, Itapicuru, Valença, Água Fria, Jacobina, Maraú, Rio de Contas, Camamu, Santarém e Cairú.

Apesar dos esforços, faltava à Junta de Defesa os recursos para que pudessem expulsar os lusitanos da Bahia. O Conselho Interino, contudo, foi eficiente do ponto de vista político, militar, administrativo e atuou de forma responsável para retirar de Salvador o exército português. Dirigiu-se às Câmaras das Vilas do Recôncavo, determinando votos de fidelidade, organizou batalhões, reuniu e distribuiu armas e munições. Em Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde e Itaparica, criavam arsenais, consertavam armas de guerra e fabricavam cartuchame, correame, fardamento e fundiam-se balas.

Entre junho e outubro de 1822, surgiram diversos batalhões patrióticos: Companhia dos Caçadores de Santo Amaro, Batalhão dos Caçadores, Voluntários da Vila de São Francisco, Bellona, Mavorte, Milícia de Santo Amaro, Batalhão de Saubara, Flotilha de Itaparica, Periquitos, mais tarde Voluntários do Príncipe D. Pedro I, depois Primeira Divisão da Direita.

De acordo com Bernardino de Souza,

> [...] há nessa Guerra alguma coisa de mais sublime que o heroísmo daqueles soldados improvisados ao fogo dos ideais da liberdade: é a abnegação das Baianas. (Souza, 1936).

Digitalizado com CamScanner

Dentre essas baianas referidas por Souza, destaca-se Maria Quitéria que nasceu na Fazenda da Agulha, dependente da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Ela estava determinada a servir o exército; por esta razão, fugiu comparecendo à "autoridade competente", dizendo ser filho de José Cordeiro de Medeiros, morador do sertão. Apresentou-se ao exército com nome masculino com o sobrenome de Medeiros.

Em Bernardino de Souza encontra-se ainda sobre Maria Quitéria, no 2 de Julho de 1823:

> [...] entrou na "Leal e Valorosa" cidade do Salvador o "Exército Pacificador", [...] Maria Quitéria, marchando com seu batalhão, fazia parte da brigada que de Pirajá, se dirigiu ao Terreiro de Jesus [...] Terminada a campanha, a heroína embarcou para o Rio de Janeiro [...] Recebeu-a em audiência especial, o Imperador que a condecorou com a "Insígnia do Cavalheiro da Imperial Ordem do Cruzeiro". (Souza, 1936, p. 117-118).

Embora não referida por Souza (1936), Maria Felipa também se destacou ao comandar quarenta mulheres viajando sempre pelo rio Paraguaçu, levando em três barcos os produtos da pesca, para o Recôncavo. Maria Felipa sabia da importância estratégica desse rio porque os inimigos portugueses poderiam chegar até as Vilas para saquear mantimentos. Maria Felipa de Oliveira e Maria Quitéria lutaram juntas no rio Paraguaçu, acompanhadas de outras mulheres, sendo vitoriosas contra os soldados de Madeira de Melo, o que será comentado em Guerra de Independência na Ilha de Itaparica.

A Guerra da Bahia trouxe o Exército Pacificador que veio do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1822, e, com ele, trinta e oito oficiais, duzentos e sessenta soldados. Passaram por

Digitalizado com CamScanner

Pernambuco incorporando 250 homens de tropa de linha, soldados, oficiais militares brasileiros, dentre os quais José de Barros Falcão de Lacerda.

O Coronel Ávila Pereira reuniu armamento e tropa no quartel do Engenho Novo de Pirajá e passou o comando para o General Labatut, que teve como tarefa organizar, disciplinar e estruturar o exército com soldados regulares, voluntários, brancos pobres, tupinambás, negros libertos e escravos enviados pelos seus senhores.

Labatut desejou que Madeira de Melo tivesse uma saída pacífica da Bahia de Todos os Santos e propôs uma conciliação, mas os resultados não foram satisfatórios. Madeira de Melo criou cada vez mais resistência e estava irredutível no propósito de anular a regência de D. Pedro e fazer da Bahia o centro de combate para dominar o Brasil, bem como imortalizar-se com essa façanha.

Labatut dividiu o Exército da Bahia em três Brigadas: a primeira Brigada, ou da Direita, na área do Cabrito-Campinas-Pirajá, liderada pelo Tenente Coronel José Barros Falcão de Lacerda. A segunda Brigada, ou da Esquerda, ficou localizada em Armações e foi comandada pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira. A terceira Brigada, localizada no Centro, teve como líder o Tenente Coronel José Joaquim de Lima e Silva. Labatut tomou outras providências como buscar recursos financeiros e adquirir pólvora para as tropas.

Madeira de Melo considerou que seria indispensável para a guerra portuguesa reduzir o número de soldados brasileiros nos "pontos estratégicos" de Coqueiro, Cabrito e Pirajá. Deste modo, diminuiria o exército brasileiro, que poderia crescer na área de Pirajá, porque esta região estava próxima da cidade de

Digitalizado com CamScanner

Salvador. Imaginou também que os batalhões das vilas poderiam se unir a estes soldados. Pensando desta maneira sobre a condição militar da Bahia, ordenou que o exército português, sob o seu comando atacasse Pirajá. Com 250 soldados portugueses, dirigiu-se para Itacaranha e Plataforma. Levou para essa batalha 300 marinheiros e outras tropas que atacavam pela Estrada das Boiadas. Esta luta aconteceu em 08 de novembro de 1822, na área de Cabrito-Campinas-Pirajá, durando oito horas.

Após a Batalha de Pirajá, aproximadamente no dia 19 de novembro de 1822, "duzentos escravos armados dos engenhos de Mata Escura e Saboeiro atacaram Pirajá." À época, acreditava-se que uma promessa de Madeira de Melo os levou a este combate, pois o general português pretendia "libertá-los da escravidão" se ficassem do lado dos lusitanos. Consta que cinquenta escravos do sexo masculino foram presos e fuzilados e as mulheres chicoteadas, por ordem de Labatut.

O autor Braz do Amaral comenta que se encontram "muitas divergências quanto às descrições sobre a Batalha de Pirajá". Apesar das dificuldades de se encontrar coerência nas narrativas dos jornais da época, o autor citado faz as seguintes afirmações:

> Os resultados políticos da Batalha de Pirajá foram enormes, porque o exército português não podendo avançar pelo meio da península, onde não tinha elementos para se manter, havendo perdido a esperança de tomar a posição dos adversários, se concentrou na capital, renunciando dominar o centro da província de onde os independentes tiraram homens e recursos, e onde o prestígio do governo nacional da Cachoeira, cresceu, pois todos viram que a resistência das tropas metropolitanas estava limitada à cidade.

Digitalizado com CamScanner

> Daí em diante, os elementos indispensáveis ao sustento só podiam ser recebidos ou por mar, ou por porto, isto é, a manutenção das tropas e dos membros do partido português ficou exclusivamente dependendo da existência da esquadra e da sua ação.
>
> E como esta não realizou o objetivo que lhe incumbia, guardando o mar livre e garantindo a subsistência das tropas, pela conservação das praias do Recôncavo, teve o exército português de abandonar a capital da Bahia e do Brasil. (Amaral, 1957, p. 276)

A respeito da Batalha de Pirajá, Labatut enviou a José Bonifácio de Andrada e Silva notícias da vitória do exército brasileiro sobre os soldados metropolitanos.

Entre janeiro e maio de 1823, a guerra entre Bahia e Portugal continuava. Em Salvador, batalhões brasileiros saiam de determinados pontos, antes considerados estratégicos, para locais mais apropriados aos combates com os metropolitanos. Madeira de Melo tinha conhecimento de que a Ilha de Itapa-rica e a Barra do Paraguaçu eram pontos indispensáveis para o cerco à Salvador e para dispor de víveres, cada vez mais escassos, com perspectivas difíceis para o seu grande número de soldados. Compreendendo esta situação e levando em conta denúncias sobre a organização da Campanha da Independência na Ilha, determinou ataque a Itaparica e a Barra do Paraguaçu. Na mesma ocasião, Labatut ordenou a prisão de Felisberto Gomes Caldeira, Comandante da Segunda Brigada, que foi enviado para a Ilha de Itaparica e "recolhido" ao Forte de São Lourenço. Encaminhou ofício a Lima e Silva para atacar a Segunda Brigada Brasileira, mas este reuniu os seus Oficiais, em Conselho, e juntos chegaram à conclusão de que isto significaria Guerra Civil. Lima e Silva não cumpriu as determinações de Labatut e o prendeu, porque Labatut eviden-

Digitalizado com CamScanner

ciava contradições em suas ordens. A prisão aconteceu em 20 de maio de 1823, quando tiraram Felisberto Gomes Caldeira do Forte de São Lourenço, na Ilha de Itaparica.

O Conselho Interino considerou o "impedimento do Brigadeiro Labatut" nomeando para o seu lugar o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, que passou a Comandante-em-Chefe do Exército. Lima e Silva reorganizou o exército brasileiro, criando duas divisões: a primeira ficou com a liderança de Barros Falcão, e a segunda, com o comando de Felisberto Gomes Caldeira.

Dom Pedro encaminhou à Bahia Lord Cochrane, que manteve a esquadra fora da Baía de Todos os Santos até que recebeu do Coronel Lima e Silva comunicado narrando os acontecimentos dos dias 20 e 21 de maio e informando de sua nomeação para o exército. Lima e Silva criou um Estado Maior com duas divisões, quatro brigadas, nove batalhões e cinco companhias. Entre as companhias que o Coronel organizou uma era de criou-los (Nazaré das Farinhas) e outra de negros livres, a "Companhia de Libertos Imperiais".

Diante das ocorrências e situações favoráveis aos brasileiros, Madeira de Melo propôs negociações para a saída da esquadra lusitana da Baia de Todos os Santos. Embora a capitulação não tenha sido assinada, a retirada ocorreu como se assim o fosse no Dois de Julho de 1823.

2. 4 História da Guerra de Independência na Ilha de Itaparica

A Ilha de Itaparica localiza-se na Baía de Todos os Santos, no Estado da Bahia, distante 14 km da cidade de Salvador.

Digitalizado com CamScanner

Compõe-se atualmente dos municípios de Itaparica e Vera Cruz. Embora Maria Felipa tenha frequentado diversos locais da Ilha, morou e lutou nos lugares onde, hoje, situa-se o município de Itaparica, inclusive localizam-se, neste município, os campos de batalha onde guerreou contra os portugueses.

A Ilha de Itaparica era denominada de Arraial da Ponta das Baleias, depois Itaparica que, em Tupi, tem como significado "cerca de pedra". A Ilha tem 36 km de comprimento e uma superfície de 180 km², compreendendo 36 localidades. Os patrimônios naturais mais importantes são os "recifes de corais" que cercam sua costa, chamados de Recife das Pinaúnas, que vão de Bom Despacho até a Ponta de Aratuba – área de preservação ambiental (APA – Decreto de 1997); a estância hidromineral à beira mar, "única das Américas"; e 40 km de praias. De acordo com Ubaldo Osório (1974, p. 498-499) a Ilha tem na sua composição geográfica diversos outeiros como Quinta dos Padres, Coruja, Manganês, Conceição, Mãe Teté, Balaústre e Josefa.

Do ponto de vista histórico, a Ilha de Itaparica sobressai-se por ter participado da Guerra da Independência da Bahia, tendo nos seus campos de luta, possivelmente, o maior número de mulheres voluntárias na Independência, destacando-se a heroína épica[3] Maria Felipa de Oliveira e 40 mulheres por ela lideradas.

Em 1821, quando a luta contra o domínio lusitano foi iniciada na Bahia, a Ilha de Itaparica começou a organizar a Campanha da Independência, como uma forma de resistir aos ataques portugueses. A Campanha foi criada pelo cirurgião Luiz Gonzaga da Luz, promovido mais tarde a Sargento pela coragem de suas ações. Chefiou esta campanha na Ilha, Antônio de Souza

---

3 Épico no sentido da inteligência para a criação de estratégias de combate.

Digitalizado com CamScanner

Lima, que contribuiu para torná-la uma frente de resistência, buscando atender às expectativas dos insulanos.

Alistaram-se como voluntários na "Campanha da Independência" índios, negros – livres e escravos, africanos e brasileiros e alguns portugueses, que defendiam a causa da independência. Maria Felipa de Oliveira apresentou-se como voluntária na Campanha da Independência como afirma Ubaldo Osório

> [...] organizada a resistência[4] Maria Felipa de Oliveira apresentou-se como voluntária [...] Na Campanha da Independência portou-se bravamente [...] (Osório, 1974).

Tendo nascido na Rua da Gameleira, no atual Município de Itaparica (Cassimélia Costa, 2009), morou na Beribeira (Álvaro Conceição, 2009) e, depois, na Ponta das Baleias, num casarão chamado de "Convento", próximo às principais edificações da Vila de Itaparica. O "Convento" era uma residência de trabalhadores da Ilha. Lá se alojavam pescadores, carpinteiros, marítimos e ferreiros, dentre outros. (Osório, 1974).

Maria Felipa nasceu "provavelmente em 1799", conforme registra Fernando Rebouças em publicação do Informativo ASSABITA. De acordo com Ubaldo Osório, faleceu em 4 de janeiro de 1873, tendo sido sepultada no cemitério de São Lourenço. (Silva, 1969).

Entre as estratégias da Campanha da Independência, os ilhéus realizavam encontros para discutir sobre a monarquia absolutista portuguesa na Bahia e as problemáticas surgidas em outras Províncias. Um dos lugares mais frequentados nas reuniões era a botica de Francisco José Batista Massa. A botica ficava

---

[4] Resistência: expressão, por vezes, usada por Ubaldo Osório, quando falava na Campanha da Independência.

Digitalizado com CamScanner

no Largo da Glória, na Ponta das Baleias, hoje Centro Histórico do atual município de Itaparica. O farmacêutico Batista Massa acolhia Souza Lima e outros que debatiam com os insulanos. O espaço oferecido por Massa se fez público como um lugar de diálogo e de desejo de liberdade. Esta prática política e social, num contexto de lutas, unia os insulanos em seus propósitos pela Independência. Contudo, traidores portugueses, fingindo-se irmanados, frequentavam esse mesmo lugar e levavam informações para Madeira de Melo (Nóbrega, 1923).

Eram para espaços de reflexões tais como este que os portugueses da Ilha dirigiam sua atenção e planejavam modos de prender seus frequentadores. Os insulanos souberam que os portugueses pediram a Madeira de Melo que prendesse os inimigos da recolonização (Nóbrega, 1923).

Os brasileiros viviam em estado de alerta quanto a possíveis ordens de prisão e muitos dormiam nos barcos, fundeados, distantes das praias, vigiando, porque temiam que os portugueses se reunissem para atacar. Espreitavam todos os dias os "barcos de carreira", embarcações e canhoneiras dos inimigos. Barros Galvão trazia, quase diariamente, informações sobre os planos dos portugueses.

Com a Campanha da Independência surgiu um grupo que lutou na Guerra da Independência do Brasil, a partir de reflexões sobre os portugueses na Bahia e os problemas que afligiam os ilhéus. Eram pessoas que conversavam no dia a dia e lutavam corpo a corpo com os inimigos nas matas, nas praias, nos novos caminhos feitos no interior da Ilha, porque as circunstâncias da guerra o exigiam. Havia, por exemplo, as *Vedetas* no sentido de sentinelas ou vigias, que dia e noite vigiavam barcos próximos ou que vinham ao longe, com possibilidades de combates.

Digitalizado com CamScanner

Maria Felipa de Oliveira era líder das *Vedetas*, observando as praias, as matas, os caminhos e subindo em outeiros, principalmente o do Balaústre e o da Josefa, que ficavam próximos aos campos de guerra, a fim de ter uma melhor visão, levando, à noite, "tochas acesas" para identificar os portugueses que desciam dos barcos para saquear. A heroína organizou e liderou mulheres e homens, inclusive índios, para a Campanha da Independência, pessoas dispostas a defender injustiçados nas lutas contra os portugueses.

O que distinguia a liderança de Maria Felipa era a alteridade, a relação com os outros. Das narrações dos insulanos e do comentário de Ubaldo Osório sobre a admiração dos praieiros sobre sua coragem, pode-se deduzir que ela tratava seus companheiros de trabalho e de luta de forma solidária, responsável e cuidadosa. Tanto a interação microssocial de caráter pessoal quanto à macrossocial das relações inter-grupais, incorporavam o reconhecimento do direito de outros.

Este comportamento explica ter liderado 40 mulheres e homens no trabalho e nas guerras, quando tomava as principais decisões sobre o preparo e a venda deste produto, as viagens pelo rio Paraguaçu em direção a Cachoeira, passando pela Vila de Nazaré, e outros lugares às margens do grande rio. Ensinava a ordem, a história, os espaços geográficos e orientava sobre os combates que poderiam ocorrer. A importância de guardar a "boca do grande rio" para que portugueses inimigos não entrassem no Recôncavo, tornava a heroína admirada pelos companheiros de trabalho. Liderar como marisqueira levava-a a fugir às "limitações" de apenas "catar mariscos", porque identificava novos lugares e se tornava acreditada pelos seus métodos de trabalho.

Vender alimentos em tempos de combate entre inimigos, quando os víveres são geralmente escassos exigia cuidados

Digitalizado com CamScanner

na guarda, no trato e no processo de venda. Maria Felipa de Oliveira enquanto líder exercia o poder pela alteridade.

Grupos de líderes políticos da época organizaram também a Campanha da Independência. Os grupos de luta estruturados foram denominados de Voluntários, Solitários de Barros Galvão e de Souza Lima, Praieiros e as mulheres também chamadas de Mulherio da Banda da Praia, Mulheres Guerreiras e Vedetas.

Os pescadores foram voluntários e se destacaram na Campanha da Independência. Apreenderam barcos, a exemplo da barca portuguesa Paula Mariana, em maio de 1823. A luta dos marítimos inspirou a criação da Festa dos Pescadores da Ilha, em 1832.

De acordo com Bernardino Nóbrega (1923), enquanto os brasileiros se empenhavam com a Campanha da Independência, reunindo-se e planejando no Recôncavo, na Ilha de Itaparica e em Salvador, os portugueses que moravam em Itaparica viviam em pequenos grupos, fomentando a criação de partidos políticos, comprando armas para seus escravos e escondendo-os, para que não fossem combatentes voluntários na luta pela Independência. Os lusitanos desafiavam os que desprezavam o sistema português, ameaçando-os de prisão e morte.

O grupo liderado por Maria Felipa estava sempre em conflito com os portugueses, que revidavam com atos de violência. Eram comuns as divergências e as lutas corpo a corpo na Ponta das Baleias, quando mulheres e homens desse lugar se sentiam desafiados pelos portugueses.

De acordo com a memória insulana, as mulheres comandadas por Maria Felipa, eram pescadoras e trabalhavam também

Digitalizado com CamScanner

fatiando baleias com peixeiras. Costumavam viajar pelo rio, pelo mar, em barcos que conduziam a pesca para Vilas do Recôncavo. A liderança desse grupo de pescadoras tinha em Maria Felipa aquela que decidia quando, a quantidade e para onde deveria ser levada a produção.

De acordo com a "memória individual" do Sr. Álvaro da Conceição:

> [...] Maria Felipa e suas companheiras eram todas pescadoras. Maria Felipa ajudava na pesca da baleia e, também, cortava, fatiava e salgava baleias e ordenava a homens e mulheres que vendessem no Recôncavo, levando a mercadoria nos barcos, que viajavam no rio Paraguaçu para Nazaré e Cachoeira. As fatias das baleias que Maria Felipa mandava pelo rio Paraguaçu iam nos barcos Pacífico, Boa União e um barco curto chamado de "capado". Este transportava "as partes das baleias" [...]. (Álvaro da Conceição – Entrevista 2009).

Dos trabalhos de Maria Felipa como pescadora, marisqueira e ganhadeira, destaca-se o da pesca da baleia, como o diz na apresentação do Frei Manuel de Santa Maria Itaparica ao revelar o simbolismo da baleia:

> [...] gigante do profundo,
> ... uma torre nas ondas...
> ... que parece em todo o âmbito...
> ... barbatana às vezes levantada...
> ...fazem a Tétis (mar) dar gemidos roncos... (Verso/Estrofe VIII. 1779)

A baleia, em uma das concepções simbólicas, guia os barcos dos pescadores, no sentido da ajuda e da proteção. O trabalho de Maria Felipa como ajudante na pesca da baleia confere também às suas ações um caráter épico. As táticas de guerra que

Digitalizado com CamScanner

criava são igualmente componentes da dimensão épica do seu heroísmo.

Deve-se registrar que a pesca da baleia começou na Ilha em 1622 (Osório, 1942, p. 69). Os pescadores e os praieiros respeitavam e admiravam a coragem, a criação de estratégias e tinham Maria Felipa como uma companheira para o trabalho e lutas de guerra. Ubaldo Osório afirma:

> [...] gozava de uma grande popularidade entre os praieiros, que admiravam o desassombro e coragem desta mulher [...] (Osório, 1974).

A batalha de mulheres contra os soldados de Madeira de Melo é objeto de comentários em *Heroínas Baianas* de Bernardino de Souza. Esta disputa na foz do Rio Paraguaçu, entre portugueses e heroínas, teve como responsável Maria Quitéria.

> [...] capitaneando um grupo de outras mulheres heróicas que combateram com água até os seios [...]. (Souza, 1935, p. 111-115).

Em Edith Mendes Gama e Abreu também são encontradas referências a tais matizes:

> [...] contra uma barca lusa que forçava por aportar ali. Essas criaturas entre as quais deveria estar Maria Felipa de Oliveira, de extraordinária coragem e patriotismo [...] lutando valorosamente com água até os seios e conseguindo obstar o pretendido desembarque, de previsíveis consequências graves para a causa brasileira (Abreu, 1973, p. 36).

Levando em consideração os comentários dos autores Bernardino de Souza, Nóbrega, Edith Gama e Abreu, Xavier

Digitalizado com CamScanner

Marques e Ubaldo Osório, as heroínas Maria Quitéria, Maria Felipa e suas companheiras enfrentaram os soldados de Madeira de Melo na foz do Rio Paraguaçu. Lembrando mais uma vez Osório das mulheres que acompanhavam Maria Felipa "a história não guardou" seus nomes.

Nas declarações dos historiadores sobre a Independência do Brasil, na Bahia, conclui-se que a mulher nesta guerra tem Sóror Joana Angélica e Maria Quitéria de Medeiros como heroínas. A memória individual e coletiva dos insulanos traz Maria Felipa de Oliveira como Heroína Negra da Independência do Brasil na Bahia.

Falam de quarenta mulheres que eram lideradas por Maria Felipa nas lutas de Itaparica, mas sem lembrar todos os nomes. Citam apenas Marcolina, esta aparece como personagem de Xavier Marques, Joana Soaleiro e Brígida do Vale, comentadas por Betty Coelho, em entrevista a Ubaldo Osório, como mulheres que também lutaram. Sabe-se um pouco sobre Marcolina. Quanto a Joana e Brígida somente seus nomes são recordados quando da luta com Maria Felipa na Praia do Convento, em 7 de janeiro de 1823. Essas mulheres confirmam a liderança de Maria Felipa, pois seus nomes vêm sempre acompanhados de ações de combate da heroína.

Lembra-se aqui que a História Social é recente. A história das guerras volta-se para as questões militares, políticas, econômicas e diplomáticas. O "exército invisível" das mulheres na guerra da Independência da Ilha de Itaparica tem no romance histórico de Xavier Marques e na obra de Ubaldo Osório, que escutaram da memória coletiva, o mérito de abordar de forma mais complexa o papel das mulheres na guerra insulana, com destaque para a heroína Maria Felipa de Oliveira.

Digitalizado com CamScanner

Sóror Joana Angélica, Maria Quitéria de Medeiros, Marcolina, Brígida do Vale, Joana Soaleiro e Maria Felipa de Oliveira vêm recuperar, em parte, a identidade social e construir discursos contra o calar-se sobre as lutas femininas e rejeições às pesquisas a respeito de mulheres guerreiras na Independência do Brasil.

Revelar a mulher nos campos de batalha de Itaparica, como na Praia do Convento, Ponta das Baleias, Mocambo, Amoreiras, Manguinhos e Porto dos Santos, além da foz do rio Paraguaçu, é desafiar os que pensam que "somente a elite" constitui-se "no panteão cívico brasileiro" representado por "homens brancos".

As mulheres nas guerras são de um modo geral comentadas sem sobrenome e pouco consideradas naquilo que fazem. Das mulheres até então citadas na Independência da Bahia, apenas Marcolina, que aparece no romance histórico de Xavier Marques, não tem sobrenome.

Marcolina morava no mesmo casarão que Maria Felipa vivia, na época da Independência, chamado de Convento, que pertencia a Antonio de Barros. Foi edificado com vinte e quatro quartos e um pátio interno. Eram alugados por homens e mulheres, que pagavam cinco tostões mensais (Marques, 1921).

Do ponto de vista da consciência política, Maria Felipa e Marcolina se indignaram contra João Português do partido de Madeira de Mello. O caráter traidor de João Português insultava a ambas. Revoltada, Marcolina falou apontando para João Português:

"... Vejam só... vejam a perdição!..."

Após falar assim, correu ao encontro do traidor para bater nele, enquanto Maria Felipa gritava:

"... Dá-lhe... dá-lhe...!"

Digitalizado com CamScanner

Marcolina ia lutar corpo a corpo com João Português, mas Pedro Carpinteiro, personagem de Xavier Marques, desarmou o lusitano. Conforme o autor de *O Sargento Pedro*, Marcolina era uma "moça branca" e de "vida solta".

É indispensável comentar, nesta abordagem sobre Maria Felipa, que a mulher negra sofre diversas discriminações. Em primeiro lugar, porque a historiografia da mulher negra passa pelo "mito da história oficial", "pois a maioria dos povos negros tem sido submetida à opressão e à exploração. É discriminada por razão de gênero, etnia e classe social". Além disto, a "dominação simbólica", perpetrada pela elite, mantém em todas as dimensões o racismo que implica em altos graus de violência.

O Movimento Negro Unificado – MNU refere-se às heroínas negras dizendo que a luta contra a múltipla discriminação não se restringe:

> [...] a identificação e divulgação das heroínas negras que no passado, tanto contribuíram no processo de libertação do povo negro, e que hoje constituem exemplos inegáveis de resistência como Nizinga Mbandi (1582-1663), Rainha e grande líder africana de Angola; Tereza de Quariterê, Rainha do Quilombo de Quariterê, durante duas décadas no século XVIII; Luiza Mahin (1812-?), inteligente, rebelde, participante da Guerra dos Malês na Bahia, mãe de Luiz Gama; e outras heroínas negras [...]. (Movimento Negro Unificado, publicação eletrônica, site: http://www.webartigos.com/articles/13413/1/Mulher-negra/pagina1.html)

Concorda-se, com essa afirmação do MNU, "porque a múltipla discriminação sofrida pela mulher negra" (MNU, 1990, p. 6) não se resolve com uma atividade isolada e, sim, com múltiplas ações políticas, econômicas, sociais, educacionais

Digitalizado com CamScanner

e inúmeras outras pertinentes às especificidades do contexto e momento histórico.

Refletindo sobre mais uma heroína negra, Maria Felipa é lembrada como uma mulher inteligente na criação de estratégias de guerra, além de demonstrar consciência política em diversas ocasiões de conflito. Enquanto símbolo étnico, Maria Felipa, assim como as demais heroínas negras, devem protagonizar discussões e atitudes cidadãs, onde os direitos políticos, civis e sociais, estejam sempre em processo de construção e mudança em direção ao direito fundamental "o direito a ter direitos".

A criação de estratégias, principalmente com armas improvisadas, coloca a heroína numa condição desafiadora para realizar raciocínios complexos, pois táticas de combate exigem também a "representação mental" dos campos de batalha. Como ir de um campo de batalha para o outro? Que novos caminhos devem ser feitos? Quais os disfarces para não ser descoberto pelo inimigo? Como esconder-se até o inimigo passar para outro caminho? Como subir os outeiros sem ser visto? O que pode parecer muito simples implica em lógicas espaciais, notadamente no comando de grupos nos combates. Maria Felipa enquanto uma das lideranças de um movimento político agiu nos campos de batalha, traduzindo alteridade na relação com a diversidade étnica, religiosa, de gênero e de classe social.

A representação territorial da guerra impõe práticas cotidianas de conhecimento dos espaços sociais, onde a memória tenha raízes seguras nos lugares vividos. As atividades de "catar mariscos", por exemplo, que exigiam idas e vindas dos mangues, contribuíam para a orientação espacial. Tais espaços, tão conhecidos por Maria Felipa, eram, para outros, "territórios do medo". A heroína tinha como mérito saber orientar os guerreiros nesse

Digitalizado com CamScanner

território porque seu raciocínio obtinha respostas aos constantes desafios impostos pelas condições desfavoráveis das guerras.

A convivência entre as pescadoras e o grupo da Campanha da Independência contribuiu para "diferentes formas de compreensão, organização e de luta política pela superação da subalternização" (Francisco, 1997, p. 185). Maria Felipa trabalhava como pescadora e também como marisqueira e ganhadeira. Os três tipos de atividades conduzem a inter-relações favoráveis aos combates, quando uma quantidade maior de informações se faz indispensável. Esses trabalhos lembram formas épicas de luta pela bravura para pescar baleias, caminhar pelos mangues e vender em tempos de guerra. Maria Felipa e o seu grupo de combate construíram uma "cultura de guerra" oriunda dos processos inter-relacionais entre trabalho e guerra, quando o perigo iminente exigia a criação de regras, que se modificavam a cada ameaça pelas táticas rápidas, e que a inteligência da líder era capaz de construir.

Maria Felipa de Oliveira sai cada vez mais do esquecimento, com nome e sobrenome, comandando mulheres e homens. A história ensina, a história prepara os sujeitos para a transformação social, mediante o exercício da cidadania.

A heroína é evidenciada nos valores inerentes ao seu heroísmo na Independência da Bahia. Maria Felipa constitui-se na memória individual e coletiva dos ilhéus em exemplo de determinação e justiça na direção cidadã.

A atividade de catar mariscos, ampliava seus pontos de contato e de informação como "vedeta" (vigia), auxiliando nas lutas. A memória do insulano guardou sobre as marisqueiras:

> [...] dizem que ela foi... marisqueira... e líder de grupo das marisqueiras [...] (Tatiana Machado – Carta de Cessão 2009).

Digitalizado com CamScanner

> [...] nas aulas de Ubaldo Osório [...] ele dizia que ela era marisqueira [...] (Lavígnia Fróes – Carta de Cessão 2009).

> [...] era também marisqueira quando a safra da baleia terminava e, por vezes, ganhadeira. (Álvaro Conceição – Entrevista 2009).

A respeito do trabalho como ganhadeira, o itaparicano fala de uma mulher negra, muito alta e vestida de roupas bordadas, que vendia na Ilha de Itaparica, em um tabuleiro. As ganhadeiras, no século XIX, eram perseguidas e excluídas, mas "suas estratégias de enfrentamento conferem às ganhadeiras um significado político de resistência e busca de liberdade". As recordações individuais e coletivas trazem:

> [...] Maria Felipa de Oliveira foi ganhadeira, vendendo quitutes no tabuleiro, durante as tardes em Itaparica. (Ivani Jesus Machado – Entrevista 2009)

> [...] Ouvi falar que ela foi também ganhadeira... ela não se submetia ao autoritarismo da época. Ela não se subjugava à vontade de outras pessoas. O que existia entre as ganhadeiras era a união que as tornavam mais fortes [...] (Carta de Cessão – Judite Santana 2009).

Nas manifestações culturais da Ilha, ainda hoje, são comuns cânticos sobre a vida cotidiana das ganhadeiras como: "Sou uma ganhadeira [...] trabalho para ter [...] chegue senhores e senhoras todos que queiram comprar [...].

Patenteia-se que o seu trabalho, seja como pescadora, marisqueira ou ganhadeira, contribuiu para a consciência política de resistência, quando as ações levavam a repensar sobre o combate à recolonização.

Digitalizado com CamScanner

As reflexões advindas das interações entre o trabalho e o pensamento político contribuíram para as discussões sobre a independência, realizadas nos lugares públicos de diálogo sobre a conjuração e a luta armada. Estes assuntos nem sempre foram preservados em segredo devido à violência dos portugueses. Na conversa de Maria Felipa e do Sargento Pedro, é possível entender as consequências dos ataques dos portugueses aos insulanos na Ponta das Baleias, na madrugada de 10 de julho de 1822. Maria Felipa conversava geralmente nas ruas, criticava e demonstrava sua revolta, envolvendo cada vez mais os ilhéus.

A revolta de Maria Felipa de Oliveira pode ser mais bem compreendida pelo relato de Nóbrega:

> Para fazer-se uma perfeita idéia do estado em que então ficou a Povoação e lugares centrais da Ilha, depois daquela lamentável catástrofe, bastará dizer-se, que a Povoação ficou toda erma, e regada de sangue; as brenhas orvalhadas de lágrimas e cobertas de ais e gemidos, exalados do fundo dos corações dos filhos, que não sabiam dos seus pais, as esposas dos maridos, as mães dos filhos; porque todos desvairadamente, até descalços, mal vestidos buscaram fugir ao desmedido furor dos inimigos, que a maneira das tartareas (inferno) fúrias pareciam que queriam estrafegar (estraçalhar) os desaparecidos insulanos. (Nóbrega, 1923, p. 20).

Os feridos dos combates foram também tratados pelas Mulheres Guerreiras (Osório, 1974). Durante a Guerra da Independência, a heroína Maria Felipa de Oliveira trabalhou cuidando dos enfermos, em Amoreiras, aonde Barros Galvão fez uma enfermaria em sua granja.

Uma das razões que levou Madeira de Melo a ordenar o primeiro ataque à Ilha de Itaparica reside nas informações que

Digitalizado com CamScanner

recebeu do português João de Campos, residente na Ilha. O ataque a Itaparica tinha como propósito tomar a Ilha naquele momento ou em outras batalhas. João de Campos denunciou a organização da campanha e suas estratégias, além de identificar moradias e casas comerciais, indicando a casa comercial do farmacêutico Batista Massa, como o lugar mais frequentado.

Nesta casa, falava-se em luta armada, em armas improvisadas e na constante vigilância de um grupo de mulheres, chefiadas por Maria Felipa, escondidas nas matas e sobre os outeiros, que lutavam com peixeiras e folhas de espinhos.

> Com as peixeiras "cortavam as mãos dos portugueses que se seguravam nas barcas para se proteger do mar." (Cassimélia Costa – Entrevista 2009)

As folhas não atemorizavam, mas se sabia das infecções que causavam na pele durante dias, dificultando movimentos, inclusive para o uso de armas convencionais. Saber ou não se as mulheres estavam armadas, constituía-se num outro problema, pois as peixeiras ficavam escondidas nas saias e as folhas se misturavam às flores e outras folhas comuns. As mulheres pareciam estar apenas enfeitadas. A propósito do uso da peixeira, lembra-se mais uma vez que o Sr. Álvaro da Conceição comentou em entrevista: "Maria Felipa usava uma peixeira de mantear baleia". As mulheres da Banda da Praia, as Vedetas, também usavam uma peixeira de mantear baleia, pois todas eram pescadoras.

Maria Felipa foi capoeirista e utilizava os golpes de capoeira nas lutas contra os lusitanos. Ela amarrava as saias nas pernas para jogar a capoeira. Os inimigos portugueses não esperavam que uma mulher também lutasse capoeira e não ficavam atentos, sendo surpreendidos e facilmente vencidos.

Digitalizado com CamScanner

> [...] capoeirista e de belo sorriso [...]. (Fernando Rebouças – Informativo da ASSABITA, Ano III, n. 33, Março/2008).

As folhas com espinhos são chamadas de cansanção. Ser surrado com folhas de cansanção parece ser comum no passado dos insulanos, pois em conversas informais, quando as pessoas se mostravam inoportunas, ou apresentavam comportamentos pouco aceitáveis, costumavam usar as expressões "merece uma surra de cansanção", "tomou uma surra de cansanção", "vou lhe dar uma surra de cansanção".

Na memória insulana esta arma improvisada foi recordada da seguinte forma:

> [...] as mulheres comandadas por Maria Felipa usavam o disfarce: o de se enfeitar com flores e folhas parecidas com as folhas de cansanção e colocavam os galhos de cansanção nas mãos para bater nos portugueses. (Álvaro da Conceição – Entrevista 2009).

> [...] com o chicote de cansanção nas mãos [...] Maria Felipa [...]. (Laura Pimentel – Carta de Cessão 2009).

> [...] a surra de cansanção nos portugueses. (Cassimélia Costa – Entrevista 2009).

> [...] aproximando-se daquele bando de marujos portugueses, como se fossem seduzi-los, aplicam-lhe uma terrível surra com galhos de cansanção e enquanto eles se contorcem rasgando a pele com unhas para conter a coceira [...] (Fernando Rebouças – Informativo da ASSABITA, Ano III, n. 33, Março/2008).

Levando em conta os comentários dos insulanos sobre o cansanção, pode-se acreditar que as surras com essas folhas aconteceram com os inimigos portugueses, em situações diversas, tendo

Digitalizado com CamScanner

sido uma arma eficiente, quando os soldados portugueses desciam das embarcações para entrar em Itaparica, visando atacar e saquear.

Na Ilha, lutava-se também com outras armas improvisadas como pedaços de madeira, foices, arpões, machados, compassos, trinchas, marretas e forquilhas. A carência de armas convencionais levava os insulanos à improvisação, sobretudo o grupo das Mulheres Guerreiras.

Retornando ao primeiro ataque dos portugueses, Maria Felipa revoltou-se com o assalto dos brigues da esquadra de João Félix, sob o comando de Joaquim José – "o Trinta Diabos". Os portugueses entraram na Fortaleza de São Lourenço e mataram a sentinela. A Botica de Batista Massa foi destruída e algumas casas invadidas. Na Igreja de São Lourenço, roubaram e quebraram objetos sagrados. Destruíram o arquivo do velho Nazaré e despedaçaram o seu oratório. As mulheres da Ponta das Baleias "suplicaram em vão que respeitassem os objetos sagrados. Desesperados, os moradores da Ponta das Baleias fugiram para as matas". (Osório, 1974)

Devido a tais acontecimentos Maria Felipa demonstrou sua indignação conversando com o Sargento Pedro:

> – Viu meu pai André?
>
> – Não. Quem esteve aqui com as barcas foi seu amigo João Português, aquele malvado. Quis ir à roça de um patrício na Baixa do Balaústre, mas correu no meio do caminho com medo dos roceiros. O meu consolo é que a mulher e a filha andam a toa...
>
> – Por onde?
>
> – Quem sabe!... Viu o senhor o que os demônios fizeram na Igreja? E ainda voltam cá, Seu Pedro? O culpado

Digitalizado com CamScanner

é o senhor, que não deixou Calixto amassar aquele pé de chumbo. (Marques, 1921).

Maria Felipa falava a propósito de João Português, que morava em uma casa defronte a uma vivenda, onde os pescadores costumavam se reunir. João Português, de acordo com os pescadores, levava notícias para Madeira de Melo. Ele participou do vandalismo dentro da Igreja de São Lourenço, construída com a ajuda dos baleeiros. Na sacristia da igreja, os soldados lusitanos pegaram a imagem e a capa de veludo azul, bordada a ouro de Nosso Senhor dos Martírios e saíram badalando a campainha dos altares pelas ruas. Um soldado colocou a capa nos ombros de "Teneco" – personagem de Xavier Marques e citado pelo historiador Nóbrega. Teneco era um brasileiro que traía seu povo e que saiu pelas ruas comandando uma "procissão" de soldados, gargalhando, entrando nas casas para atear fogo e saquear objetos de valor.

A indignação de Maria Felipa com João Português, Teneco e com todos aqueles que traíam os propósitos da Independência, fazia com que ela e o grupo que liderava, se revoltassem promovendo retaliações.

Em 12 de julho de 1822, os insulanos seguiram para Cachoeira, devido ao ataque da esquadra de Madeira de Melo a Ilha de Itaparica. Em Cachoeira, desde o dia 26 de junho, se instalou a Junta de Conciliação e Defesa, compromissada com os ideais da Independência. Em 13 de agosto os insulanos voltaram para a Ilha. No retorno, travaram a Batalha no Estreito do Funil, quando os portugueses foram vencidos.

A vitória no Estreito do Funil entusiasmou os insulanos. Em 14 de agosto de 1822, o Capitão José Antônio da Silva Castro aclamou em Santo Amaro do Catu, na contra costa da Ilha

Digitalizado com CamScanner

de Itaparica, o Príncipe Regente. Na Ponta das Baleias, em 19 de agosto de 1822, Souza Lima falou na Fortaleza de São Lourenço: "Reconquistamos a Ilha e, agora, teremos de conservá-la em nosso poder. Haja o que houver, custe o que custar."

Após as lutas no Funil, os insulanos levantaram proteções e trincheiras nas praias do litoral, desde Manguinhos até a Enseada de Bom Despacho. Algumas pessoas na Ilha de Itaparica desencravaram peças de artilharia deixadas pelos portugueses e com essas peças armavam seus barcos e fortificavam as costas da Ilha. Essas peças tinham possibilidades de lançar fogo e, hoje, comenta-se que elas foram usadas nas lutas para queimar embarcações inimigas.

No dia 10 de agosto de 1822, organizou-se o Batalhão de Itaparica comandado pelo Tenente Coronel José Joaquim Salustiano Ferreira. De acordo com Nóbrega, esse Tenente Coronel, que então era Major no Regimento de Itaparica, havia sido preso e removido da Ilha para a cidade do Salvador por Madeira de Melo. Expondo-se a perigos, fugiu da cidade. (Nóbrega, 1923, p. 24)

Em setembro de 1822, a Ilha recebeu ordens da Junta de Conciliação e Defesa para dirigir-se, mais uma vez, à Cachoeira. Barros Galvão não concordou e enviou resposta para Cachoeira, não cumprindo a resolução da Junta: "A Ilha é nossa e daqui não há quem nos obrigue a sair." A resposta veio da Povoação de Nazaré: "Fiquem zelando pela Ilha, os seus bravos defensores."

Em 1º de outubro de 1822, barcas portuguesas faziam o reconhecimento na praia de Manguinhos. Os insulanos haviam preparado uma trincheira neste lugar porque em frente estavam as embarcações inimigas. Logo pela manhã, os insulanos atacaram a canhoneira Dez de Fevereiro, que contava com 26 peças

Digitalizado com CamScanner

e 180 marinheiros. Nesse ataque, os "voluntários" de Itaparica "romperam em cerrado fogo" (Osório, 1974), estando, nesse grupo de voluntários Maria Felipa de Oliveira e mulheres e homens por ela comandados. A canhoneira Dez de Fevereiro foi incendiada. As demais embarcações lusitanas retiraram-se para a cidade de Salvador, deixando livre a Bacia do Recôncavo.

Na obra *Memória Histórica*, do historiador Nóbrega encontra-se este registro:

> [...] ao raiar da aurora [...] de 1 de outubro [...] com vivo e inesperado fogo, que estragando consideravelmente uma grande barca, intitulada Dez de Fevereiro, a ponto de a inutilizar logo e pondo as outras em desordem, obrigaram-nas a retirarem-se imediatamente (Nóbrega, 1923, p. 104).

Enquanto Braz do Amaral escreve sobre brulotes e o incêndio de embarcações, em Itaparica, dizendo:

> [...] preparando brulotes no Morro de São Paulo para atacar a esquadra portuguesa, dentro da Bahia, e incendiá-la, preparando também a flotilha de Itaparica para um ataque formal [...] para ela **(Itaparica)** [...] mandara um funcionário superior de arsenal [...]. (Amaral, 1957, p. 447).

Na memória coletiva dos ilhéus, a frase mais repetida sobre a heroína é a seguinte:

> Maria Felipa e quarenta mulheres incendiaram quarenta embarcações.

Em 12 de outubro de 1822, Souza Lima, no comando das forças libertadoras, dirigiu aos insulanos sua primeira Proclamação. O Príncipe Regente foi aclamado na Ponta das Baleias como o "Defensor Perpétuo do Brasil, Sua Alteza, Príncipe D.

Digitalizado com CamScanner

Pedro". À noite, o povoado festejou com luzes acesas em todas as casas, acenderam tochas e fizeram fogueiras nas praias.

Madeira de Mello reagiu aos festejos a favor do Príncipe D. Pedro e mandou à Ilha, em 14 de outubro de 1822, o Brigue Audaz com 15 peças e a barca Constituição com 56 peças e 350 marinheiros, acompanhadas de 15 canhoneiras. A barca Constituição veio pela costa da Ilha para verificar os pontos de defesa. Após observar esses pontos, enfrentou um vento muito forte que a conduziu para o Porto dos Santos. À noite, a barca Constituição se soltou das amarras e os portugueses tentaram descer até as praias, mas não conseguiram. No dia seguinte, o combate entre os insulanos e portugueses durou das seis até as onze horas da manhã. Major Ferreira e a sua tropa atiraram sobre a Ilha, contudo, um de seus soldados entrou em desavença com um pescador esquecido de que os pescadores eram voluntários e lutavam contra o domínio português. Souza Lima participou do confronto com Ferreira, sendo vencedor. As embarcações atacaram Itaparica e intentaram desembarcar em Manguinhos, mas só conseguiram "devastar" algumas casas. A barca Constituição foi "desbaratada" pelos voluntários.

De acordo com o então vereador Raimundo Moreira, numa justificativa de Lei, Maria Felipa foi uma daquelas pessoas que ficaram em evidência, "porque junto aos seus companheiros de luta destroçou a barca Constituição", pertencente à esquadra portuguesa.

> [...] durante os confrontos várias pessoas se destacaram graças aos seus atos de heroísmo e ao seu apoio a Independência, como, por exemplo, João das Botas, porém havia uma Maria, que a exemplo de Maria Quitéria [...] lutou por um ideal: o de ver seu país independente; foi Maria Felipa de Oliveira que morava na Ilha de Itapa-

Digitalizado com CamScanner

> rica e lutou bravamente na Praia do Convento, onde, junto aos seus companheiros de luta destroçaram a "barca Constituição" pertencente aos portugueses. (Vereador Raimundo Moreira – Justificativa do Projeto de Lei Nº 0007/94 – Lei 399/94 que cria a Medalha ao Mérito Maria Felipa do Município de Vera Cruz, em 19 de Maio de 1994).

À época do ataque à barca Constituição, ocorreram outras batalhas direcionadas à Ilha. Os resultados positivos dos insulanos fizeram com que os portugueses se retirassem, após as lutas, para a cidade de Salvador; contudo, retornaram em outras ocasiões e mantiveram, com maior frequência, a guerra no mar. Os ilhéus procuraram aumentar o número de trincheiras e reforçar os pontos de defesa da costa e da contra costa. Em Cacha Pregos e no Ponto da Barra dos Garcez, o Capitão José Marcelino lutou para proteger a entrada da Barra Falsa. Antonio Joaquim da Costa comandou a Barra Grande e o Alferes Brito levantou e fortaleceu as trincheiras de Parapatingas. O proprietário de Parapatingas, José Alves Santos Lima Pitta, estava enfermo, porém encaminhou à Campanha da Independência alimentos e roupas.

Depois dos ataques portugueses à Ponta das Baleias, Porto dos Santos e Manguinhos, os insulanos trabalharam na defesa da Ilha, levantando novas trincheiras. Em 21 de novembro de 1822, o Conselho Interino do Governo encarregou o Tenente João das Botas do artilhamento de três barcos, que vieram de Valença e Cairú. Mas, os insulanos queriam uma flotilha para proteger a Ilha dos brigues portugueses. Nesse mesmo ano, a flotilha de Itaparica era composta pelos barcos: D. Pedro I, D. Leopoldina, Vinte e Cinco de Junho, Dona Maria da Glória, Dona Paula, Vila de São Francisco, Escuna Cachoeira, além de vários saveiros, baleeiras e canoões de pesca.

Digitalizado com CamScanner

A importância da flotilha referia-se também aos mantimentos... "constituída a flotilha insulana, estava frustrado o bloqueio e garantida a passagem dos barcos que traziam, de Nazaré, mantimentos para o Exército Libertador". (Osório, 1961).

A Ilha de Itaparica precisava dispor de uma flotilha com maior número de barcos e de muitos recursos em terra, para o enfrentamento da situação da guerra na Bahia. Além disso, tornava-se indispensável que D. Pedro encaminhasse à Baia de Todos os Santos uma força naval que pudesse fazer frente à esquadra de Madeira de Melo.

Os portugueses entenderam o erro de não se apossarem da Ilha de Itaparica antes e de não terem insistido nisso após o "combate desastroso do funil". Tal aconteceu porque os portugueses pensaram que com os equipamentos navais de que dispunham, em qualquer ocasião, poderiam tomar e se estabelecer em Itaparica.

Os voluntários organizaram-se de modo que dificultavam a entrada dos portugueses no Recôncavo, assim os lusitanos não podiam "entrar em todas as bocas dos rios". Souza Lima recebeu, nesta ocasião, informações do praieiro Álvaro da Costa, que trazia de Salvador a notícia de um novo plano de assalto à Ilha. Lima avisou aos praieiros das Mercês e seguiu para Amoreiras. A notícia se espalhou de boca em boca pela Ilha.

Os portugueses sabiam que para dominar o Recôncavo teriam de ter como base Itaparica. A Ilha, além de ser o caminho dos alimentos, tornara-se também o das comunicações, pois o governo de D. Pedro se comunicava com mais frequência, a fim de encaminhar informações para Tinharé, Morro de São Paulo e Cachoeira.

Digitalizado com CamScanner

A defesa da Ilha recebeu artilharia da fortaleza do Morro de São Paulo e Antonio de Souza Lima assumiu o comando da Ilha. A Fortaleza de São Lourenço estava armada com dezesseis peças de calibres diversos e a guarnição da Ilha atingiu 3.257 homens, dos quais 2.357 eram insulanos. Entretanto, Itaparica dispunha de recursos escassos se comparados aos de Madeira de Mello.

Na obra *O Sargento Pedro*, de Xavier Marques e, sobretudo, na memória coletiva dos insulanos, Maria Felipa conversava sempre com os pescadores, que estavam preocupados com os ataques lusitanos. Um barco foi visto perto da Ponta das Baleias. Os praieiros também avistaram brigues de guerra, desembarcando portugueses na costa da ilha. Eles foram a Amoreiras avisar a Barros Galvão, mas não puderam ir a Bom Despacho para falar com o Tenente – Comandante da Fortaleza de São Lourenço.

Sempre que barcos se aproximavam, a notícia se espalhava pela Ponta das Baleias e pelo Povoado de São Lourenço. Eram muitos os barcos inimigos naqueles dias de 1823. As famílias do povoado fugiam para Nazaré, Jaguaripe e Fazenda Boa Vista. Ficaram na Ilha os pescadores, os marítimos, ferreiros, carpinteiros e as *Mulheres Guerreiras*, que decidiram não sair da Ilha, porque não queriam abandoná-la para os soldados de Madeira de Mello.

Maria Felipa reuniu as mulheres guerreiras para criar novas estratégias de guerra. Como ir ao encontro do inimigo com tantos barcos?

Muitas mulheres ajudavam os soldados insulanos a fazer tranças de estopa e a encher cartuchos, outras trançavam cordas com cocos debulhados. Os pescadores se armaram de enxadas e foices e Maria Felipa conversava com as Vedetas, "sacudindo um facho aceso" (Marques, 1921). Esses fachos serviam à noite para

Digitalizado com CamScanner

enxergar melhor os caminhos, notadamente quando subiam nos outeiros próximos aos locais mais atacados pelos portugueses.

Em 6 de janeiro de 1823, a esquadra de Madeira de Mello saiu de Salvador, à tarde, em direção à Ilha de Itaparica. O próprio comandante da esquadra portuguesa Félix Pereira de Campos dirigiu a expedição.

Depois das observações dos pescadores e das mulheres guerreiras, compreendeu-se que a esquadra de Madeira de Mello estava organizada em "duas linhas": uma "linha" ia de Amoreiras até a Ponta das Baleias (Praia do Convento) e a outra, na contra costa, do Contrato das Baleias até o Mocambo. (Nóbrega, 1923, p. 128).

Chegaram informações de que as barcas de guerra estavam em Manguinhos e que um barco grande circulava no mar, vigiando a Ilha. Os voluntários insulanos dirigiram-se para pontos diversos de onde podiam avistar a esquadra de Madeira de Mello. Após observarem, com cuidado, contaram cerca de 40 embarcações.

Os insulanos voluntários estavam armados e de tocaia, enquanto os barcos lusitanos avançavam cada vez mais para Itaparica.

Maria Felipa conversava mais uma vez com as Vedetas. A estratégia, que não envolvia armas convencionais, constava de cansanção, para dar uma surra nos portugueses e de uma tocha feita de folhas secas de coco, das quais faziam cordas e uma espécie de brulote com chumbo e pólvora para incendiar os barcos portugueses.

> [...] as tochas foram preparadas na fazenda de Dona Pomba [...]. (Sr. Álvaro da Conceição – Entrevista 2009).

Digitalizado com CamScanner

Às seis horas da manhã do dia 7 de janeiro, os insulanos calcularam a força dos inimigos. A Fortaleza de São Lourenço estava sob o comando do Major Luís Correia de Moraes e as tropas da Ilha com Antônio de Souza Lima. Barros Galvão também lutava na Ilha. Os insulanos dispunham de artilharia na Boa Vista, Amoreiras, Mocambo, Porto do Santos, Manguinhos, Fonte da Bica, São Pedro e Isidoro.

Às sete horas da manhã, os portugueses se adiantaram para um reconhecimento, em direção à Fortaleza de São Lourenço, e voltaram a se incorporar à esquadra. Às nove horas, avançaram para a Ilha. Todas as embarcações portuguesas atiraram. No assalto, os portugueses utilizaram 40 embarcações de guerra. Em Itaparica, as "baterias de terra responderam com toda veemência" (Osório, 1974).

Os chefes portugueses pensaram ser a hora exata para o ataque e tentaram desembarcar nas praias do Mocambo, mas foram atacados pelos insulanos. Buscaram também realizar um assalto a Amoreiras e foram vencidos pelos Voluntários de Barros Galvão. "Dois Brigues são avariados pelo fogo incessante da esquadrilha de João das Botas, cujos saveiros e canoas envolvem e aniquilam os marujos de João Félix" (Osório, 1961).

Quando as mulheres, enfeitadas de flores e folhas, tendo nas mãos as folhas de cansanção, se aproximaram dos portugueses, eles não viram nesse disfarce qualquer perigo, porque desconheciam o que algumas daquelas folhas poderiam causar. Os portugueses andavam atacando a Ponta das Baleias (Praia do Convento), Amoreiras, Contrato das Baleias e Mocambo.

De acordo com a memória dos insulanos, as mulheres se dividiram entre esses lugares para surrar os portugueses com as folhas de cansanção e incendiar os barcos.

Digitalizado com CamScanner

> [...] liderando quarenta mulheres armadas com abençoados galhos de cansanção, botou pra correr os soldados de Madeira de Mello. (Guadalupe Pardo de Freitas. Informativo da ASSABITA, Ano III, n. 33, Março/2008).
>
> [...] o mulherio queima os barcos que estavam sob sua vigilância [...]. (Fernando Rebouças – Informativo da ASSABITA, Ano III, n. 33, Março/2008).

Quando os portugueses desceram dos barcos, as mulheres estavam organizadas, de modo que, após a surra de cansanção, pegaram as tochas feitas de palha de côco, pólvora e chumbo, jogando-as nos barcos.

A estratégia militar de incendiar embarcações inimigas parecia ser conhecida. O exemplo que se pode dar é que o Almirante Cochrane mandou preparar brulotes no Morro de São Paulo para atacar a esquadra portuguesa, caso fosse necessário. Os brulotes são levados por embarcações carregadas de materiais inflamáveis e explosivos, destinadas a levar fogo aos navios inimigos. Os brulotes foram preparados e Crochane enviou para a Ilha de Itaparica um oficial da Marinha, que entendia de arsenais de guerra, chamado Tristão Pio dos Santos. Tinha como missão preparar a flotilha para um ataque formal à esquadra portuguesa, caso fosse inevitável. (Amaral, 1957, p. 447).

Estas considerações apresentadas por Braz do Amaral, no que se refere a incendiar embarcações inimigas, lembram a memória coletiva dos insulanos, na qual Maria Felipa e quarenta mulheres incendiaram 40 embarcações.

Nas praias do Mocambo, Amoreiras e Praia do Convento, na Ponta das Baleias, as *Mulheres Guerreiras* participaram das batalhas com a liderança de Maria Felipa.

Digitalizado com CamScanner

> A Ponta das Baleias, na Ilha ficou em fogo e a póvoa (povoado) coberta e obscurecida pelo fumo, continuando por toda a manhã. (Osório, 1974).

Ao meio dia, esmoreceu o fogo dos defensores da Ilha e os insulanos pararam com a intenção de proteger seu arsenal, guardando-o para o combate decisivo. Atiravam sempre às ocultas, encobertos pelas trincheiras e moitas.

Os portugueses voltaram a atacar e os insulanos responderam à altura e a luta durou até as seis horas da tarde. Durante o dia eles haviam mandado várias embarcações, com feridos e mortos, para a cidade de Salvador.

"Maria Felipa de Oliveira lutou ferozmente na Praia do Convento", destacando-se, com ela, Brígida do Vale e Joana Soaleiro, na tarde de 7 de janeiro de 1823, conforme acentua Betty Coelho em sua monografia sobre Maria Felipa datada de 1969.

Braz do Amaral comenta sobre essa batalha da seguinte forma:

> Tal foi o combate decisivo de 7 de janeiro de 1823, após o qual as forças portuguesas renunciaram ao domínio do interior da Bahia, vencidas pela bravura e pela tenacidade dos baianos de Itaparica que assim cooperaram, com tanta energia e valor para a Independência nacional [...] as perdas dos portugueses foram muito sérias e as dos insulanos quase nulas. (Amaral, 1957)

Os lusitanos ainda permaneceram, no dia 8 de janeiro, diante de Itaparica e, no dia 9, voltaram para a Bahia. Contudo, a guerra no mar continuou entre Madeira de Mello e Insulanos.

Após o combate, em 12 de janeiro de 1823, Labatut ofereceu a Itaparica a primeira bandeira brasileira que ali chegou,

Digitalizado com CamScanner

hasteada na oportunidade na Fortaleza de São Lourenço. Encaminhou também, nessa data, uma proclamação aos insulanos, da qual se pode destacar:

> Soldados brasileiros que... defendeis Itaparica! Eu vos agradeço em nome da nação e do nosso Imperador a bravura com que debaixo da conduta do benemérito Lima [...] repelistes dessas praias mais de 39 lanchões e canhoneiras, intentaram desembarcar... no ameno solo duma ilha [...].
>
> [...] lançai vossas vistas a Itaparica e nesta ilha majestosa reconhecereis [...] vosso valor decantado [...].
>
> [...] Soldados [...] os dias 7, 8 e 9 [...] vos colocou com justiça entre outros heróis brasileiros [...].
>
> [...] aceitai, portanto, bravos insulanos, os agradecimentos do vosso General [...].
>
> [...] recebei também, valentes defensores de Itaparica, essa Bandeira Nacional do Independente Brasil.

Ubaldo Osório, em *A Ilha de Itaparica*, narra sobre a reação de Maria Felipa contra Araújo Mendes:

> [...] no dia 16 de janeiro de 1823, quando a população da Ponta das Baleias assistia, no Largo da Fortaleza de São Lourenço, o hasteamento da Bandeira que Labatut, havia oferecido, à guarnição da Ilha, Maria Felipa, a frente das suas legionárias, invade a Armação de Pesca de Araújo Mendes, espanca o vigia, o Guimarães das Uvas, e sai pelas ruas cantando em altas vozes "Havemos de comer Marotos com pão [...].

Maria Felipa entendeu que essa ocasião de festa era uma oportunidade para manifestar sua indignação contra a opressão de Araújo Mendes. Ele era um português, rico e poderoso, que hospedou em sua casa, a mais destacada da Ilha, D. João e D. Pedro.

Digitalizado com CamScanner

De acordo com Cassimélia, Maria Felipa não gostava de Araújo Mendes porque tinha um ódio instintivo ao lusitano.

> O português do reino era por ela rejeitado, pois queria assaltar a ilha, mas a ilha era dela, Maria Felipa, e dos insulanos. Ela não queria entregar a Ilha de Itaparica para os portugueses. Por esta razão, mantinha em toda a costa da Ilha as vigilantes *vedetas* por ela comandadas que vigiavam a chegada de barcos para saquear. Um exemplo que confirma a indignação da heroína é a música que cantava:
>
> "Havemos de comer marotos com pão. Dar-lhes uma surra de bem cansanção... Português bicho danado arrenegado, arrenegado...
>
> (Cassimélia Barbosa Costa, Entrevista, 2009).

Na realidade, os portugueses exerciam a violência física e econômica. Este era o caso de Araújo Mendes. Maria Felipa, ao se revoltar, exerceu, mais uma vez, seu heroísmo, lutando pela Independência, que a opressão econômica fazia aprofundar em desigualdades. A luta de Maria Felipa reflete os ideais de justiça socioeconômica, além do reconhecimento de identidades de gênero e etnia.

As formas de guerrear desta heroína, Maria Felipa de Oliveira, envolvem também um combate entre um português reinol e esta mulher da classe subalterna, expresso num texto de Xavier Marques, do qual se pode concluir que o grotesco José d'Olivaes, por temer a coragem da heroína, fugiu "abatido, espavorido, curvava a cabeça... tremendo." (Marques, 1921).

Maria Felipa desprezava o comportamento traidor de José d'Olivaes com a "Campanha da Independência". Constata-se isto na narração de Xavier Marques, a seguir:

Digitalizado com CamScanner

[...] Pedro caminhava, mas perto do alambique viu uma multidão fazendo algazarra:

Uns pescadores gritavam:

– Larga o homem... Larga o homem!

Pedro adiantou-se, e os homens a gritar:

– Solta. Larga.

Sobre todos pairava, com volteios... a cabeça de uma mulher negra, possante, que insistia...

– Canta! Canta, pé de chumbo!

No meio da vozeria estalavam gargalhadas. Os meninos perneavam, barafustando por entre as pernas dos pescadores. Passava-se alguma coisa, ao mesmo tempo grave e grotesca que fazia rir a uns e a outros reclamar e lastimar.

– Quem é? Pode enfim indagar o carpinteiro.

– É demais, disse-lhe o velhote.

– É Maria Felipa com o d'Olivaes.

O escândalo atraía cada vez mais curiosos. E a mulher agigantada... agitava-se a frente da turba com o homem preso pela gola da vestia, e sempre a gritar:

– Canta! Senão te mato... Canta...

"Havemos de comer marotos com pão..."

A isso estrugiam de novo risadas... e protestos.

O português não tugia, mas Felipa com uma pertinácia nervosa, repetia, aos berros:

– Canta!... Canta! É esta "caibra" quem te manda.

Digitalizado com CamScanner

Apontava-lhe a letra:

"Havemos de comer..."

De repente, José d'Olivaes escorregou das unhas... e deitou a fugir todo agachado em direção à Banda da Praia.

A massa deslocou-se, acompanhando o perseguido e a perseguidora.

Maria Felipa, suspendendo uma velha baioneta que empunhava, disparara, com efeito, atrás do português. Em breve tornou a agarrá-lo pelo cós das calças, deu-lhe safanões e tornou a gritar com frenesi:

– Não nos chamais caibras? A caibra te ensina agora. Hás de cantar! Canta pé de chumbo:

"Pois sim, pois não...

Dar-lhes uma surra de bem cansanção."

... envolvia d'Olivaes, que tentava soltar-se-lhe das garras.

O sargento abriu caminho à cotoveladas e acudiu o lusitano. Este abatido, espavorido curvava a cabeça... grisalha, tremendo.

– Larga, Maria Felipa! Intimou Pedro.

– Quem és tu! Não largo que não quero... Há de cantar... Canta maroto!

Levantou a baioneta. Ia espancar José d'Olivaes, mas o sargento segurou-lhe o pulso e bradou com indignação.

– Basta!

José d'Olivaes, livre das mãos de Felipa, varou uma viela e alcançou a porta de uma casa; mas ainda foi capturado na soleira da porta onde a fúria, já sem fôlego ia ditando:

Digitalizado com CamScanner

– Fazer... As marotas... Canta, pé de chumbo... Morrer... De paixão...

E ia ferrar os dentes na orelha, quando de novo Pedro se interpôs, empurrando o desgraçado para a casa vizinha por onde ele varou cegamente.

Maria Felipa acompanhou, mas esbarrando com a porta fechada, retrocedeu. (Marques, 1921).

A guerra entre Maria Felipa e José d'Olivaes constitui-se numa disputa entre um português reinol e uma mulher pescadora por um território de poder – a Ilha de Itaparica. Sentindo-se rei e dono de um império, como todo lusitano reinol, d'Olivaes trai os brasileiros, teatraliza uma mentira social como se fora verdade, denuncia os ilhéus, profana o sagrado e "faz do sangue derramado" (Nóbrega, 1923) a insensibilidade. Nessa guerra, sem baionetas, a turba testemunha em gestuais e sons o combate de uma mulher pescadora "[...] prisioneira de uma sociedade hostil [...]" (Araújo, 2004). A violência de que é vítima transforma-a na guerreira que conquista o território, destronando o reinol, arrancando-lhe o suposto cetro e supremacia social. Ela aniquila o inimigo com o canto, a dança, o discurso, que o torna "palhaço". A majestade reverte-se de irreverência; as cerimônias imperiais, em ridículo. A zombaria, regida pela heroína, torna José d'Olivaes exilado do território de honradez, que imagina dominar, e um derrotado no "exílio dos palhaços".

Maria Felipa, mais uma vez, diante da injustiça dos portugueses, age de modo determinado, empreendendo lutas para defender os valores da Ilha de Itaparica. A História é narrada por Ubaldo Osório, em A ilha de Itaparica:

Digitalizado com CamScanner

> O antigo nicho da Piedade pertencia a Armação de Baleias, instalada em 1622, pelo português João Francisco no extremo noroeste da ilha [...].
>
> [...] após a morte do armador, passou o nicho a pertencer a Manoel Inácio da Cunha Menezes, Visconde do Rio Vermelho, que o conservou zelosamente, enquanto viveu.
>
> Partilhado os bens do falecido visconde, os seus herdeiros mandaram buscar a imagem de Nossa Senhora que ficara sob a guarda de Inocêncio da Costa e Silva, o vigia do Contrato.
>
> A chegada do emissário ao Porto da Cruz no dia 12 de setembro de 1826, o Mulherio da Banda da Praia preparou-se para a reação.
>
> Não entregariam a imagem. Era a padroeira dos pescadores que pelejaram pela libertação do Brasil.

O Mulherio da Banda da Praia, liderado por Maria Felipa, levou Nossa Senhora da Piedade do seu nicho para a Igreja da Matriz, onde "[...] montaram guarda empunhando caicheiras e varapaus". (Osório, 1942).

Sabe-se, pela memória dos insulanos, que Maria Felipa e as Mulheres da Ponta das Baleias deram uma surra no emissário e que foram elas que, na madrugada, cortaram as amarras da embarcação, que foi levada pela vazante até encalhar no Pontal da Fortaleza. Disfarçado, o emissário escondeu-se em Manguinhos e fugiu para Salvador, num saveiro de pesca.

> [...] ela deu uma surra... no emissário! (Cassimélia Barbosa da Costa – Entrevista 2009).

A forma como Maria Felipa se comportou nesse episódio indica que a sua consciência social e o modo de interpretar o

Digitalizado com CamScanner

lugar em que viveu levou-a a preservar a Padroeira dos Pescadores, valor singular do patrimônio da Ilha de Itaparica.

Observa-se que Maria Felipa rejeita as atitudes injustas dos portugueses promovendo represálias como nos episódios de João Português, Araújo Mendes, José de Olivaes e os descendentes de Manuel Inácio de Meneses, Visconde do Rio Vermelho.

Ainda que a provocação do riso tenha acontecido nesses momentos, compreendia também a orientação dos ilhéus quanto ao que deveria ser condenado em cada um desses portugueses. Demonstra o espírito crítico e a consciência social da heroína. Não se pode negar que Maria Felipa, nesses comportamentos contra os inimigos, contribuía para a formação da opinião pública.

2.5 Maria Felipa de Oliveira, Heroína Negra da Independência do Brasil na Bahia

Na lembrança do itaparicano, Maria Felipa de Oliveira é uma heroína. O propósito do que foi aqui selecionado é proporcionar ao leitor uma análise dos valores atribuídos a Maria Felipa.

O heroísmo de Maria Felipa está presente em diversas cartas de cessão, nas quais se pode deduzir que revelar Maria Felipa é proceder a uma ação afirmativa, que contribuirá para sua inclusão na história como Heroína Negra. A memória coletiva diz do empenho de comunidades da Ilha de Itaparica, para conquistar o direito ao reconhecimento de Maria Felipa de Oliveira como patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Da memória do insulano sobre Maria Felipa e seus valores heróicos, destaca-se

Digitalizado com CamScanner

[...] Maria Felipa de Oliveira, Heroína Negra da Independência da Bahia [...]. (Guadalupe Pardo de Freitas. Título do texto apresentado no informativo da ASSABITA, Ano III, nº 33, Março/2008).

[...] o tempo passou [...] o seu exemplo de mulher lutadora germinou e deu frutos. Hoje, novas Marias Felipas lutam na Ilha contra o analfabetismo e a desigualdade social. (Guadalupe Pardo de Freitas. Título do texto apresentado no informativo da ASSABITA, Ano III, nº 33, Março/2008).

[...] ouvi professores de história falar a respeito da heroína [...] ela serve de exemplo para muitas mulheres de hoje que temem a luta, até cotidiana (Robertina Maria dos Santos – Carta de Cessão 2009).

[...] Maria Felipa de Oliveira é mais uma heroína baiana, devendo fazer parte integrante nos livros de história do Brasil e da Bahia [...]. (Ivone Ribeiro Soeiro – Carta de Cessão 2009).

[...] Heroína Negra da Independência da Bahia [...]. (Cartão Postal da Associação Maria Felipa)

[...] Maria Felipa foi uma heroína negra [...]. (Georgina dos Santos – Entrevista 2009).

[...] Maria Felipa, heroína da Independência [...]. (Hilda Oliveira – Carta de Cessão 2004).

[...] Maria Felipa de Oliveira, na simplicidade em que vivia, soube somar também o heroísmo a sua vida. Transporta para nos em seus atos heróicos o amor pela terra e pela sua gente [...] Maria Felipa tem dignidades e virtudes que não devem ser esquecidas. (Judite Santana – Carta de Cessão 2009).

Digitalizado com CamScanner

[...] Maria Felipa de Oliveira, a única heroína negra da Independência da Bahia, conduzindo a legião de mulheres prontas a enfrentarem a frota de Madeira de Mello, é um exemplo de luta, coragem, orgulho e estímulo em busca da cidadania e afirmação afrodescendente. (Fernando Rebouças – Informativo da ASSABITA, Ano III, nº 33, Março/2008).

[...] a memória do povo da Ilha manteve viva sua presença [...] Tive a idéia de criar a Associação Maria Felipa de Oliveira, e, para isto, comecei a tomar informações com pessoas que já estavam envolvidas com a causa da preservação da Memória do heroísmo de Maria Felipa, na independência. Aqui na Ilha, conversei com dona Margarida Lopes, que realizou as duas caminhadas Maria Felipa. Das informações que tive, foi este o primeiro movimento de divulgação da memória, neste século XXI. (Dalva Tavares Lima, Diretora da Biblioteca Juracy Magalhães Junior – Carta de Cessão 2009).

[...] Nascia a primeira heroína negra da independência da Bahia [...] (Folheto da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos).

[...] na minha infância ouvi falar em Maria Felipa de Oliveira como uma das heroínas na Batalha da Independência [...]. (Arival da Costa Lima – Carta de Cessão 2009).

[...] Maria Felipa foi uma heroína que liderou mulheres e caminhava a noite com tochas acesas para vigiar os inimigos [...]. (Lícia Margarida Santos – Carta de Cessão 2009).

[...] no meu tempo de colégio, ouvi relatos sobre Maria Felipa [...] Ubaldo Osório colocou o nome de sua filha

Digitalizado com CamScanner

de Maria Felipa em homenagem à heroína. (Clemilda Maria dos Santos e Santos – Carta de Cessão 2009).

[...] o que mais me impressionou na história de Maria Felipa de Oliveira foi que ela e suas companheiras de luta não dispunham de armas bélicas, mas mesmo assim não se amedrontaram e conseguiram traçar e por em prática, um plano de ataque audacioso, que jamais seria aceito por um homem, munidas de coragem, bravura, fé e galhos de mato, seguiram em frente e sagraram-se vitoriosas e heroínas. (Omara Sílvia da Conceição Santos – Carta de Cessão 2009).

[...] Maria Felipa de Oliveira, heroína negra da Independência que lutou bravamente contra as tropas portuguesas (Daniel Brito de Oliveira – Carta de Cessão 2008).

[...] Maria Felipa foi uma heroína [...] mulher de coragem e muita bravura. (Lúcia Carneiro Ribeiro – Carta de Cessão 2009).

[...] Maria Felipa foi heroína da Independência. (Aloísio Pires – Carta de Cessão 2004).

[...] Líder de grupo das marisqueiras e heroína da Independência (Tatiana Machado – Carta de Cessão 2009).

[...] Maria Felipa, Heroína da Independência da Bahia. (Cassimélia Barbosa da Costa – Carta de Cessão 2004).

[...] heroína negra da independência [...]. (Margarida Lopes Nascimento – Carta de Cessão 2004).

[...] Maria Felipa é uma heroína. (Raimunda Souza – Entrevista 2009).

[...] Maria Felipa foi uma heroína negra. (Georgina dos Santos – Entrevista 2004).

Digitalizado com CamScanner

Celso Xavier Marques escreve letra e compõe música do Hino Maria Felipa de Oliveira – Heroína da Independência da qual pode-se destacar:

> Seus feitos foram muitos,
>
> Deveriam estar nos livros de história,
>
> Mas nunca é tarde,
>
> Em se fazer justiça,
>
> Até lá e na Ilha,
>
> A tradição Itaparica,
>
> Onde se canta esta canção.
>
> [...] no livro Sargento Pedro, Xavier Marques fala sobre Maria Felipa por três vezes, em alusão à briga com João Português. Ao que tudo indica, Xavier Marques nasce antes de Maria Felipa morrer, e pode se supor que, em sua infância, a conheceu. Inclusive, creio também que meu bisavô, Vicente Avelino Xavier Marques conheceu Maria Felipa. Em biografia de Xavier Marques, encontra-se que o livro Sargento Pedro onde fala de Maria Felipa, é uma obra histórica, uma estória romanceada, onde o autor focaliza os principais aspectos da Independência, em que Itaparica teve papel saliente. (Celso Freire Xavier Marques – Carta de Cessão 2009)

Por que o esquecimento nos livros históricos, nos livros didáticos e nas comemorações da Independência da Bahia? A história não considerou significativa a heroína negra, lembrada em períodos intercalados de longos silêncios, devido à concepção de mundo numa época de exclusão, perpetrada por uma classe social hegemônica que não inclui o negro, o índio e a mulher, no heroísmo das guerras. Além disso, a "memória" sobre os "ven-

Digitalizado com CamScanner

cidos", enquanto heróis, vem carregada de conflitos, dúvidas e problematizações. A historiografia oficial nega e omite, ontem e hoje, a mulher negra.

Interpretar o patrimônio histórico e cultural do simbolismo que representa Maria Felipa é entender que a memória se constitui também na identificação. Identidade pessoal e social, oriundas da recordação e do esquecimento. Como exemplo de resistência, Maria Felipa de Oliveira permanece na memória e na expressão de grupos, que cada vez mais, avançam para o reconhecimento da heroína.

2.6 Memória e reconhecimento

> "Maria Felipa de Oliveira, exemplo de coragem e resistência permanece na memória individual e coletiva dos insulanos e sua luta pela causa da Independência da Bahia, pela justiça e pela liberdade, apesar de quase dois séculos de silêncio, silêncio como sentido, como história (silêncio humano), foi este, mesmo silêncio que instalou a totalidade significativa do que não foi dito e que tornou possível o dis-curso (etimologicamente "o que retorna") proibido. E este discurso restitui a dimensão histórico-política de Maria Felipa em relação ao passado e ao futuro e abre espaço para o reconhecimento do "lugar" que lhe é destinado como sujeito."

Em 1905, um grupo político da Ilha de Itaparica encaminhou ao Conselho Municipal um apelo para colocar o nome da Rua Maria Felipa, no lugar da Rua do Canal.

Em 1994, a Prefeitura de Vera Cruz sancionou a Lei Municipal 399/94, que criou a Medalha de Honra Maria Felipa.

Digitalizado com CamScanner

Em 2002, as Faculdades Integradas Olga Mettig iniciaram pesquisas na Ilha de Itaparica. Neste mesmo ano, as comunidades da Ilha de Itaparica realizaram a primeira Caminhada Maria Felipa de Oliveira, entre o entroncamento de Vera Cruz com Itaparica até Bom Despacho.

Em 2003, foi realizada a segunda Caminhada Maria Felipa de Oliveira, entre o entroncamento de Vera Cruz com Itaparica até Bom Despacho.

Em 2004, as Faculdades Olga Mettig realizaram palestras a convite da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos. No Dois de Julho, a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos colocou nas paredes externas da Nave, dois banners sobre Maria Felipa de Oliveira. Em setembro, foi publicado um artigo intitulado Maria Felipa, Heroína da Resistência, no Caderno Cultural do Jornal A Tarde. Em novembro, no dia 20, Dia da Consciência Negra, um grupo das Faculdades Olga Mettig e do Curuzu caminharam do Curuzu até o Pelourinho, usando camisetas com a imagem de Maria Felipa e seu nome como heroína.

No Carnaval de 2005, o Blocão da Liberdade levou para as ruas Maria Felipa com as expressões: Maria Felipa de Oliveira, Mulher, Negra, Heroína. Em fevereiro, o jornal O Correio da Bahia publicou uma reportagem sobre as pesquisas a respeito de Maria Felipa. No dia 29 de março, a comunidade do Curuzu lançou o Corredor Cultural do Curuzu, e nele, a Casa Maria Felipa. Essa casa tem como objetivo pesquisar e divulgar a diversidade cultural. Realiza também atividades culturais.

Em 2006, no Museu da Câmara de Vereadores de Salvador foi realizada uma exposição fotográfica sobre Maria Felipa

Digitalizado com CamScanner

de Oliveira patrocinada pelas Faculdades Integradas Olga Mettig e a EWG Projeto Pesquisa e Qualificação Ltda.

Em 2007, a Casa Maria Felipa e a Associação Zé do Vale, da Ilha de Itaparica, levaram Maria Felipa ao Cortejo do Dois de Julho, pela primeira vez. Em setembro, Rejane Silva Mira lançou a obra Turismo Interpretação do Patrimônio: uma abordagem comunitária.

> [...] E. Farias intensificou pesquisas sobre Maria Felipa de Oliveira, personagem importante da Ilha de Itaparica que após a recuperação da memória histórica, realizada pela pesquisadora, transformou-se na Heroína Negra da Independência da Bahia, hoje integrada... ao Cortejo das festividades do Dois de Julho – Independência da Bahia [...].

Em novembro de 2007, foi realizada palestra sobre Maria Felipa de Oliveira como Heroína Negra da Independência da Bahia, no I Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, na Universidade Federal da Bahia.

Em março de 2008, a comunidade de Itaparica criou a Associação Maria Felipa de Oliveira e conferiu o Troféu Maria Felipa a mulheres que se destacaram na sociedade itaparicana. Em 2008, a Secretaria de Reparação Social confere Medalha de Honra ao Mérito Maria Felipa a pessoas e organizações que se destacaram na promoção da heroína. Em 8 de maio, foi realizada uma palestra sobre Maria Felipa de Oliveira no Seminário Os 120 Anos de Abolição Inacabada, da Secretaria Municipal de Reparação e Faculdades Integradas Olga Mettig. Entre 30 de junho a 12 de Julho, foi realizada a exposição Maria Felipa a Heroína Negra da Independência da Bahia, com acervo de fotos, no Shopping Brotas Center. No Dois de Julho, vários grupos par-

Digitalizado com CamScanner

ticiparam e levaram Maria Felipa ao cortejo: Casa Maria Felipa, Associação Maria Felipa, Associação Nacional de Interpretação do Patrimônio, Faculdades Integradas Olga Mettig e o Centro Maria Felipa da Polícia Militar do Estado da Bahia. Em julho, o Jornal A Tarde publicou o artigo Maria Felipa, a Heroína.

Em 2009, a Câmara de Vereadores do Município de Salvador homenageou 45 mulheres negras com o Troféu Maria Felipa.

Em 7 de janeiro de 2010, saíram em cortejo em Itaparica pela inclusão oficial da Heroína neste Cortejo a Associação Maria Felipa de Oliveira, a Casa Maria Felipa e a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos.

Digitalizado com CamScanner

Anexos

Digitalizado com CamScanner

ANEXO I – Apelo Político da Ilha de Itaparica ao Conselho Municipal em 7 de Janeiro de 1905

Em 1904, foi levantada a ideia de um monumento ao heroísmo de Itaparica.

No dia 7 de Janeiro de 1905, foi entregue ao Conselho Municipal o apelo da mocidade.

> "Ilmos. Srs. Presidentes e Membros do Conselho Municipal desta Cidade. Os abaixo firmados, interpretando o sentir da mocidade itaparicana, vêm apelar para os vossos sentimentos de patriotismo e legítimo orgulho, pelos fatos históricos sintetizados na imorredoura data de Sete de Janeiro, a fim de que presteis o vosso valioso e indispensável apoio à realização de uma homenagem devida àqueles nossos antepassados que, em 1822 e 1823, tão heroicamente se bateram pela causa da independência e soberania do Brasil.
>
> Faz-se excusado, certamente, relembrar-vos, aqui, o denodo, o valor e a sublimidade de sacrifícios com que aquela geração de bravos esculpira, para sempre o nome desta ilha nos fastos do país; a história guarda-os nas suas páginas e a mocidade no seu coração.
>
> Entretanto, Ilmos. Srs. ainda estamos, até hoje, por consagrar na praça pública, por qualquer maneira, a benemerência desses vultos, e a grandeza desses fatos que merecem, de certo, ser repetidos a cada hora de nossa vida, ensinados às gerações que sucessivamente despontam, contemplados, se possível fosse, no bronze ou no mármore, pois são eles a glória por excelência desse formoso pedaço da pátria querida.

Digitalizado com CamScanner

Mas, já que não lhes podemos tributar, no monumento custoso, o preito digno da nossa gratidão e de nossa ufania patriótica, ao menos, procuremos abrir a página admirável dos feitos de Sete de Janeiro, dela copiar alguns dos nomes que a constelam e esses nomes gravá-los para que, a qualquer momento, hoje e amanhã, sejam lidos nos lugares mais públicos desta cidade, onde há oitenta e dois anos, reboaram os canhões vitoriosos dos S. Lourenço, levando por mares, céus e terras do Brasil os ecos da liberdade triunfante.

Assim, pois, vimos solicitar deste ilustre Conselho, que, se dignando tomar em consideração o presente apelo, converta em leis do Município os alvitres que tomamos a liberdade de indicar em seguida: Passam a denominar-se Praça Sete de Janeiro, a que atualmente se denomina Quitanda; Rua Barros Galvão a que partindo da Fortaleza de S. Lourenço termina na entrada do Canal; Rua Brigadeiro Lima a conhecida \ruas das Beatas; Rua Batista Massa a que comunica o Canal com a Rua da Glória; Rua André Avelino a que se chama Rua do Limoeiro; Rua Maria Felipa, a que se denomina Rua do Canal; Largo João Botas o Largo conhecido pelo nome de Quintas; outrossim, pedem, os abaixo assinados, em complemento a estas merecidas homenagens, seja a Intendência Municipal autorizada a obter, do poder competente, cessão das antigas peças de artilharia, que se acham ainda, nos diversos pontos em que serviram durante a Campanha da Independência, e as fazer remover para o Largo da Fortaleza, em cujo centro fiquem arrumadas, sobre uma base de pedras, formando um troféu ou singela memória ao heroísmo de Itaparica.

Aguardando a satisfatória solução que é de esperar do vosso patriotismo, os abaixo assinados crêem poder asse-

Digitalizado com CamScanner

gurar o concurso entusiástico do povo itaparicano para esta obra de justiça ao passado glorioso, Itaparica, Sete de Janeiro de 1905. UBALDO OSÓRIO, JOAQUIM LICÍNIO DE SOUZA E ALMEIDA, JOÃO ORESTES DE BRITO, EUZÉBIO CURSINO DOS REIS, ALFREDO DE SOUZA PITANGA, FERNANDO DE SOUZA E ALMEIDA JUNIOR, JOSÉ PAULO OSÓRIO PIMENTEL, FRANCISCO RODRIGUES MONÇÃO NETO, OSCAR FLÁVIO SAMPAIO, PEDRO DE SOUZA ALMEIDA." (Osório, 1942, p. 95).

Digitalizado com CamScanner

ANEXO II – Medalha ao Mérito Maria Felipa do Município de Vera Cruz

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Vera Cruz
Aprovado em 17/11/1994

Projeto de Lei Nº 007/94

Cria a Medalha ao Mérito Maria Felipa do Município de Vera Cruz

Art 1º – Fica criada a Medalha de Honra ao Mérito "Maria Felipa" para ser concedida pela Câmara Municipal de Vera Cruz.

§ 1º – A Medalha deverá ter a forma circular, 35 mm de diâmetro e ser folheada a ouro 18 quilates num total, não inferior, a 10 gramas.

§ 2º – Na parte frontal da Medalha, a esfinge de uma mulher com o nome logo abaixo Maria Felipa.

Art 2º – Esta Comenda será concedida a personalidades que com seu trabalho tenham contribuído ou contribuam para o engrandecimento e bem estar da raça humana, e pelos serviços prestados ao Brasil, a Bahia e ao Município de Vera Cruz.

Art 3º – Os agraciados com tal comenda, pelos serviços prestados ao município, não nativos, deverão estar residindo na Ilha há mais de dez anos.

Art 4º – Não será concedida tal comenda em decorrência a realizações no exercício do mandato, de cargo eletivo no âmbito dos poderes legislativo e executivo.

Digitalizado com CamScanner

Art 5º – O Projeto de Resolução para concessão da Medalha Maria Felipa, pela Câmara dos Vereadores só poderá ser apresentada para tramitação quando subscrito por três vereadores além do propositor.

Art 6º – A Câmara Municipal por ano, poderá conceder no máximo 02 (duas) Medalhas, as quais deverão ser previstas no orçamento, do período seguinte, o numerário para a cunhagem das mesmas.

Art 7º – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores de Vera Cruz, 19 de Maio de 1994.

Raimundo Moreira – Maroto
Vereador

Digitalizado com CamScanner

Justificativa

As ideias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade que emergiram da Revolução Francesa, a independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do homem, foram fatos determinantes para o surgimento do liberalismo no Brasil, que culminou no processo de Independência.

Algumas camadas da sociedade brasileira procuraram articular, junto ao Príncipe Regente, a Independência, a qual teve início em Janeiro de 1822 com o Dia do Fico. Na Província de Salvador vários movimentos em favor; não só da Independência, como também da Republica, já haviam sido desencadeados antes desta data, porém todos foram abafados pelas tropas coloniais e seus líderes penalizados, porque estes eram pessoas humildes e não ostentavam títulos de Barão e outros.

Diante desses fatos alguns membros da sociedade de Itaparica passaram a se reunir para debater esses acontecimentos, e então decidiram defender a causa da Independência em favor do Liberalismo.

Em Sete de Setembro de 1822, foi proclamada a Independência do Brasil, porém na Província de Salvador restava o ultimo foco do Imperialismo Português, representado por alguns comandantes portugueses que resistiam ao fato de que o Brasil estava independente. Ao saber da existência de um grupo, na Ilha de Itaparica, defensor de idéias Liberais e a favor da Independência, através da denúncia do português João de Campos

Digitalizado com CamScanner

ao General Madeira, resolveram atacar em 10 de julho sobre o comando de Joaquim José Ferreira.

Porém eles não esperavam que a resistência fosse suportar ao ataque, e por terem subestimado um povo forte, lutador, que amava acima de tudo seu país, e sua terra natal, foram derrotados nos diversos confrontos com a resistência. Até por fim serem derrotados em toda Província.

Durante os confrontos várias pessoas se destacaram graças aos seus atos de heroísmo e seu apoio à Independência, como, por exemplo, João das Botas, porém havia uma Maria que a exemplo de Maria Quitéria, trocou a vida caseira e o vestido para lutar por um ideal: o de ver o seu país Independente, foi Maria Felipa de Oliveira que morava na Ilha de Itaparica e lutou bravamente na Praia do Convento, onde, junto aos seus companheiros de luta destroçaram a Barca Constituição pertencente aos Portugueses.

Cumpre a este vereador ressaltar a bravura e o heroísmo destes itaparicanos e dar destaque a nossa heroína Maria Felipa, que representa a bravura, a raça e determinação das mulheres da Ilha, em especial as do município de Vera Cruz, e é em nome delas, que, nessa honraria, proponho esta homenagem. Raimundo Moreira – Maroto

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Vera Cruz
Lei Nº 399/94

Cria a Medalha ao Mérito Maria Felipa do Município de Vera Cruz

Digitalizado com CamScanner

O Prefeito Municipal de Vera Cruz, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art 1º – Fica criada Medalha de Honra ao Mérito "Maria Felipa" para ser concedida pela Câmara Municipal de Vera Cruz.

§ 1º – A Medalha deverá ter a forma circular, 35 mm de diâmetro e ser folheada a ouro 18 quilates num total, não inferior, a 10 gramas.

§ 2º – Na parte frontal da Medalha, a esfinge de uma mulher com o nome logo abaixo Maria Felipa.

Art 2º – Esta Comenda será concedida a personalidades que com seu trabalho tenham contribuído ou contribuam para o engrandecimento e bem estar da raça humana, e pelos serviços prestados ao Brasil, a Bahia e ao Município de Vera Cruz.

Art 3º – Os agraciados com tal comenda, pelos serviços prestados ao município, não nativos, deverão estar residindo na Ilha há mais de dez anos.

Art 4º – Não será concedida tal comenda em decorrência a realizações no exercício do mandato, de cargo eletivo no âmbito dos poderes legislativo e executivo.

Art 5º – O Projeto de Resolução para concessão da Medalha Maria Felipa, pela Câmara dos Vereadores só poderá ser apresentada para tramitação quando subscrito por três vereadores além do propositor.

Art 6º – A Câmara Municipal por ano, poderá conceder no máximo 02 (duas) Medalhas, as quais deverão ser previstas no orçamento, do período seguinte, o numerário para a cunhagem das mesmas.

Digitalizado com CamScanner

Art 7º – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de Novembro de 1994.

Rogério James de Andrade

Prefeito Municipal

Digitalizado com CamScanner

ANEXO IV

Dados sobre a ancestralidade da heroína

De acordo com a memória coletiva, Maria Felipa pode ter ancestralidade sudanesa.

> [...] filha de pais sudaneses, vinte e dois anos de aparência [...]. (Fernando Rebouças – Informativo ASSABITA, 2006).

Pesquisas efetivadas no Instituto Afrânio Peixoto supõem que a heroína é descendente de sudaneses. A história de Maria Felipa contou, no andamento dos trabalhos, com a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos, como colaboradora na construção científica do seu Busto. Para tanto, foram necessárias reuniões com a Mesa Administrativa da Irmandade, Carta de Cessão de descendente da família de Maria Felipa e pesquisa no Instituto de Criminalista Afrânio Peixoto. Em Carta de Cessão, Raimundo Jorge Kalile Passos, da Irmandade do Rosário, assim se expressa:

> Eu, Raimundo Jorge Kalile Passos, autorizo a Profª. Eny Kleyde Vasconcelos Farias a divulgar e publicar,

Digitalizado com CamScanner

que participei da Pesquisa da Imagem de Maria Felipa de Oliveira, encaminhando a pesquisadora ao Instituto Afrânio Peixoto com documento dos descendentes da Heroína da Independência Maria Felipa de Oliveira. Proporcionei reuniões na Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos com a Mesa Administrativa no ano de 2004, a fim de oficializar meu empenho na veracidade da imagem de Maria Felipa. A Mesa Administrativa concordou que a imagem da heroína fosse um trabalho científico e que evitasse, neste caso, o imaginário. Indiquei o nome da Profª. Filomena Orge para desenhar seu busto, o que foi efetivado oito meses após pesquisas e desenho. Do mesmo modo sugeri e organizei, juntamente com outros irmãos, um seminário na Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos sobre a heroína negra. Solicitamos, eu e outros irmãos, que as Faculdades Integradas Olga Mettig fizessem dois grandes banners sobre a heroína, a fim de serem usados nas festividades do Dois de Julho, presos na parede externa da Igreja. Solicitamos também a Profª Eny Kleyde, que nos entregasse os primeiros resultados das pesquisas. Ambas as solicitações foram entregues e assinadas num livro de doações da Irmandade. Os banners, atualmente, são colocados na igreja dentro ou fora da Nave, em diversas ocasiões, como no Dia da Consciência Negra. Registramos aqui, que este instrumento de divulgação da heroína foi levado para seminários fora da igreja, inclusive em viagens como Minas Gerais e Paraíba. De todos os modos, eu e os irmãos falamos e divulgamos a bravura da heroína, esquecida por quase dois séculos. Este fato tem sido criticado por nós que buscamos, inclusive, a participação oficial da heroína

Digitalizado com CamScanner

nas comemorações do Dois de Julho. Eu, Raimundo Jorge Kalile Passos.

Pesquisando na Ilha de Itaparica foi possível ter acesso a Carta de Cessão de Maria Rita Brito de Oliveira, descendente de Maria Felipa de Oliveira, que diz:

> Considerando que para a apreciação de qualquer tipo de acontecimento ou figura histórica deve a mesma estar acompanhada de dados imprescindíveis a sua análise, autorizo às Faculdades Integradas Olga Mettig, a pesquisar os elementos de discursos dos historiadores e literatos, bem como, autorizo a cessão da minha imagem e dos meus descendentes e ascendentes para estudos fisionômicos, que possibilitem compor o rosto e busto de Maria Felipa de Oliveira, ascendente da minha família, considerada a Heroína Negra da Independência da Bahia.// Vera Cruz, 09 de Junho de 2004. Maria Rita Brito de Oliveira"

Esta Carta de Cessão foi encaminhada em 2004 ao Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto a partir da qual foi realizada uma pesquisa para o desenho do busto de Maria Felipa de Oliveira.

A professora Filomena Orge desenhou o retrato de Maria Felipa de Oliveira, dando, a esta personagem histórica, um rosto. A imagem de Maria Felipa pode ser encontrada na página 17, da Revista Prova Material – Revista Científica do Departamento de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, Ano 2 – Nº 004 – Abril de 2005.

A autora coloca como objetivo do seu trabalho o seguinte:

> Retratar personagens históricos a partir de dados encontrados em documentos, narrações, em livros históricos,

Digitalizado com CamScanner

na tradição oral, nos traços fisionômicos de pessoas que afirmam descendência e outras fontes.

Dos resultados das pesquisas, dentre outras abordagens, a autora apresenta:

> [...] Felipa [...] lembra [...] negros sudaneses [...]. (Filomena Orge –Revista.)

> A descrição física e da personalidade de Maria Felipa, feita pelos historiadores, lembra a dos negros sudaneses como também, daqueles [...] da Costa da Mina para o Brasil no século XVIII, descritos como altos, bem formados [...] robustos física e intelectualmente, unidos entre si, mostrando-se inclinados aos movimentos revolucionários. (Filomena Orge – Revista).

Digitalizado com CamScanner

ANEXO IV

Comemoração do Dois de Julho

Maria Felipa de Oliveira,
A Heroína Negra da Independência da Bahia

Cristiano de Araújo Fontes[1]

O texto presente se configura como um Verdadeiro Presente para a minha pessoa. Advém, simultaneamente, como uma proposta de participar e refletir da dinâmica **sociocultural** da vida e da história de Maria Felipa de Oliveira, que se caracteriza de modo contemporâneo pelo vigor de sair – de caminhar e encaminhar-se – da memória circunscrita aos insulanos, ou comunidade dos ilhéus, para o horizonte amplo da comunidade baiana e brasileira. Essa tomada de posição da história, de uma personagem histórica, para um nível de compartilhamento muito maior não pode e não deve passar despercebida, sendo, já em si mesmo, anúncio de festa, de alegria, de rememorar e comemorar a presença marcante e intensa que ela foi. É importante, contudo, precisar o sentido da participação e reflexão em

[1] Pesquisador da Interpretação do Patrimônio com Comunidade desde 2000 e Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas – UFBA.

Digitalizado com CamScanner

conjunto, no intuito de sinalizar caminhos que ensejem, à moda da Interpretação do Patrimônio com Comunidade, a memória de Maria Felipa nas comemorações do Dois de Julho.

Por fim, é necessário revelar o duplo sentido da reflexão: ser "em conjunto" e "criativa e criadora". O "em conjunto" não só dimensiona a dupla autoria das considerações e propostas (as representações de Maria Felipa no festejo), mas, principalmente, testemunha uma reflexão que se acercou de quase oito anos de pesquisas, que não se contenta com uma única perspectiva e opinião, e que anseia por ser supera-da, à medida que novas pesquisas aprofundem seu sentido. Já o caráter criativo e criador da reflexão indica um pensamento que se deixa tocar pela arte e criação na formulação das considerações e propostas para as comemorações do Dois de Julho. A reflexão se deixa compreender me-lhor como uma provocação, uma fonte que não se esgota e não engessa nada, aclarando possibilidades, modos de representação, a partir do eixo constitutivo da memória de Maria Felipa. Com isso, a proposta, análoga à dinâmica criadora da vida e da arte, é uma pré-apreensão, uma apreensão prévia do que pode vir a ser a partir da memória e do sentimento de todos que tem Maria Felipa como referencial.

Digitalizado com CamScanner

CONSIDERAÇÕES E PROPOSTAS PARA A FESTIVIDADE DO DOIS DE JULHO

1. A vida e a história de Maria Felipa a partir de sua memória possuem múltiplos modos de representação e a diversidade criadora nos trabalhos de interpretação é salutar para a dinâmica sociocultural.

2. As representações precisam ser propostas por todos que estejam verdadeiramente engajados nos trabalhos a Maria Felipa e, com isso, detenham conhecimento suficiente para apreender os contornos da representação de acordo com o sentido de sua história, de sua luta e de sua vida. Esta idéia se expande para toda configuração simbólica e prática de Maria Felipa, como: imagens, elementos e instrumentos, indumentárias; ou mesmo, propostas cênicas, performances, artesanatos, etc.; sendo assim, para toda configuração em algo concreto e singular.

3. Lembrar que a inserção dos trabalhos sobre Maria Felipa durante as festividades do Dois de Julho se dá sem perder de vista a totalidade do evento, a totalidade de um dia em comemoração à independência, e que, por isso, abraça e acolhe não só as representações a Maria Felipa, mas todas que possuem um afluente desse "rio" maior.

4. Por representação da memória, história e vida de Maria Felipa, compreendem-se todos os tipos de manifestações que a expresse com amor e dignidade e que, por isso, é válida a sua representação, desde a inserção de um carro alegórico próprio durante o cortejo, até em atos particulares, quando se traja camisas com seus símbolos e imagens.

5. A partir dos trabalhos de Interpretação do Patrimônio com Comunidade, resguardando o fundamento da comunidade como

Digitalizado com CamScanner

criadora e protagonista da história, acredita-se e propõem-se trabalhos solidários e sociais entre os grupos, as instituições governamentais e as não governamentais, que participam de algum modo das ações à memória de Maria Felipa, num triplo objetivo: amenizar as desigualdades sociais das localidades em que os trabalhos se inserem; incentivar as potências artísticas, criadoras e empreendedoras dos indivíduos; e cumprir a função do prazer compartilhado ao ser apresentado à comunidade baiana no dia dos festejos da independência.

6. As ações de consolidação da memória de Maria Felipa na história baiana e brasileira passam não só pela sua inserção de modo próprio e singular nos festejos do Dois de Julho, mas, também, por campanhas de comunicação e divulgação de seus feitos e de seu modo de ser. Aqui, este presente livro se faz como um exemplo de ação que busca compor e preencher uma das lacunas da história.

7. Por fim, vale ressaltar a necessidade de pesquisas e projetos que contemplem Maria Felipa – a heroína negra da Bahia, sem desprendê-la ou destituí-la de seus contextos, o que vale dizer que, além de tê-la como tema e objeto de investigação, as pesquisas e os projetos devem contemplar em seus horizontes a inter-relação da vida e da arte processadas pelas comunidades. A pesquisa sobre Maria Felipa significa a pesquisa sobre os diversos modos de como a comunidade, ou as comunidades, compreendem e vivem com a memória de Maria Felipa. No que se refere à Interpretação do Patrimônio com Comunidade, essa intenção se aprofunda a ponto do trabalho ser guiado pela produção criativa e criadora que advém dessa memória, fazendo da memória coletiva dessa heroína um manancial sem fim de configurações e construções, concretas e singulares, das realidades socioculturais.

Digitalizado com CamScanner

- Arquivo Público da Bahia – Salvador, Bahia
- Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo – Irmandade dos Homens Pretos / Salvador, Bahia
- Arquivo Público de Feira de Santana – Feira de Santana, Bahia
- Prefeitura Municipal de Vera Cruz – Vera Cruz, Bahia
- Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto – Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública da Bahia – Salvador, Bahia
- Associação dos Amigos da Biblioteca ASSABITA – Itaparica, Bahia
- Informativo ASSABITA 2006, Ano 1, Nº 18, Dezembro – Itaparica, Bahia
- Informativo ASSABITA 2008, Ano 3, Nº 33, Março – Itaparica, Bahia
- Associação "Zé do Vale" – Vera Cruz, Bahia
- Associação Maria Felipa de Oliveira – Itaparica, Bahia
- Biblioteca das Faculdades Integradas Olga Mettig – Salvador, Bahia
- Biblioteca da Academia de Letras da Bahia – Salvador, Bahia
- Biblioteca de Maragogipe – Maragogipe, Bahia
- Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Salvador, Bahia
- Biblioteca Juracy Magalhães Junior – Itaparica, Bahia

Jornais

- A Tarde (2004)
- Correio da Bahia (2005)
- A Tarde (2008)

Digitalizado com CamScanner

Depoimentos

Cartas de Cessão, Declarações, Entrevistas e Informativo da ASSABITA

- Aloísio Monteiro Pires
- Álvaro Florêncio da Conceição
- Antônio do Rosário Santos
- Antônio Sérgio Saldanha Fernandes
- Arival da Costa Lima
- Augusto Albuquerque
- Bartolomeu de Oliveira Barros
- Belisaura Freire Fernandes
- Benedita Moreira de Araújo Biggi
- Carlos Brito de Oliveira
- Carlota Ribeiro Gonçalves
- Cassimélia Pedreira Barbosa da Costa
- Celso Freire Xavier Marques
- Clemilda Maria Santos e Santos
- Dalva Tavares Lima
- Daniel Alves Marques
- Daniel Brito de Oliveira
- Danilo Brito de Oliveira
- Daiane Brito de Oliveira
- Edvaldo Dias de Oliveira
- Fernando Silva Rebouças
- Georgina dos Santos
- Guadalupe Freitas
- Hilda Xavier de Oliveira
- Ivani Jesus Machado
- Ivone Ribeiro Soeiro
- Joana Maria Pimentel da Conceição
- José Francisco da Cruz
- Judite da Ressurreição Santana

Digitalizado com CamScanner

- Jurandiva Ribeiro da Silva
- Laura Osório Pimentel de Araújo
- Lavínia Mercedes Correia Saldanha Fróes
- Lícia Margarida Santos
- Lúcia Carneiro Ribeiro
- Margarida Lopes Nascimento
- Maria de Jesus Santana
- Maria Elisabete Barros Pardo
- Maria Isabel da Silva
- Maria Rita Brito de Oliveira
- Marina Bonfim de Souza Santana
- Mendel Conceição Santos
- Mirian de Jesus Santana
- Omara Silva da Conceição Santos
- Raimunda Alves Marques
- Raimunda Nunes Souza
- Raimundo Jorge Kalile Passos
- Robertina Maria dos Santos
- Tatiana Franco Machado
- Valdineide Oliveira Fonseca
- Valdira Pimentel

Digitalizado com CamScanner

Referências

ABREU, Edith Mendes da Gama e et al. *Aspectos do 2 de Julho 150 Anos de Independência na Bahia*. Secretária de Educação e Cultura, Salvador, 1973.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas*: comemorações da Independência na Bahia (1889 – 1923). Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Capri; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. *História da Sociedade Brasileira*. 2.ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. 2.ed., Salvador: Prefeitura do Município do Salvador, 1957.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de et alii. *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1999.

_____. *Histórias de negro*. 2.ed., Salvador: EDUFBA, 2009

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A política dos homens de cor no tempo da Independência*. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100022&script=sci_arttext. Acesso em: 20/05/2010.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. *Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste*. Salvador: Editora da UNEB, 2000.

Digitalizado com CamScanner

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBIER, Renè. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro, 2004.

BARROS, José Américo de Miranda; OLIVEIRA, Gracinéa. A "Descrição da Ilha de Itaparica" na literatura brasileira. *Revistas do Centro de Estudos Portugueses*. Belo Horizonte, 2008, n. 40, p. 145.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Entrevista*. Jornal A Folha de São Paulo, de 7/2/1999.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BURITY, Joanildo ET (org.). *Cultura e Identidade. Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *Variedades de história cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Trad. João Maia. 2.ed.,Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CARRETERO, Mário; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda. *Ensino da História e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Digitalizado com CamScanner

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o Brasil dos Oitocentos*: cidadania, política e liberdade. Texto de Regina Horta Duarte. O século XIX no Brasil: identidades conflituosas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Texto de Hebe Mattos. Racialização e cidadania no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Texto de Carlos Gabriel Guimarães. O Comitê de 1800 e a defesa na Corte dos interesses ingleses no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHAUNU, Pierre. *A História como ciência social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários de Símbolos.* 11. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural.* São Paulo: Iluminuras, 1999.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; LIMA Luiz Cruz. *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental.* Fortaleza: EDUECE, 2003.

DOMINGUES, Joelza; Ester, FIUSA; Layla Paranhos Leite. *História do Brasil em foco.* São Paulo: FTD, 1996.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica.* Trad. Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *As estruturas antropológicas do imaginário.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos.* São Paulo: Editora Martins, 1998.

Digitalizado com CamScanner

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. *Interpretação do Patrimônio*: Histórias da Praia do Forte contadas pela comunidade. Salvador: ANIP, 2007.

_____. Interpretação do Patrimônio e cidadania: a participação da comunidade. *Turismo: Tendências e Debates*, Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia, n. 2, 1999.

_____. Artesanato: olhares e discursos gestuais. *Artesanato da Bahia*, Salvador, 1998, p. 19.

FARIAS, Gustavo. La Interpretación del Patrimonio em Brasil. *Boletín de Interpretación . España*: AIP, n. 15, ago. 2006

FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2008.

FEUERSTEIN, Reuven. *Mediated learning experience*. Leeds: Freud Publishing, 1994.

FRANCISCO, Dalmir. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Negro Brasileiro Negro – Artigo Negro, Etnia, Cultura e Democracia. *Revista do Patrimônio*, nº 25, 1997, p. 185.

FINLEY, Cheryl. Autenticando Masmorras, Branqueando Castelos. *Mostra Pan Africana de Arte Contemporânea* – Fundação Palmares. 2005.

GEERTZ, Cliford. *O saber local*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

GOMES, Célia Conceição Sacramento. *Teatralidade e Performance ritual dos folguedos da Ilha de Itaparica*. Salvador: Carlos Maguari, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 8.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *A concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Digitalizado com CamScanner

_____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4. ed., Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Diversidade, cultura e educação*: olhares cruzados. São Paulo: Editora Biruta, 2003.

HALBWACHS, Michael. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante, 4.ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Pareiras, p. 146. Artigo O Museu Imperial Como narrativas nacional – In *Memória e Patrimônio Ensaios Contemporâneos*, FAPERJ, Abreu, Regina, Chagas, Maria (orgs), Rio de Janeiro: DP&A, 2003

JELIN, Elizabeth. Cidadania e Alteridade: O Reconhecimento da Pluralidade. *Revista do Patrimônio*, Brasília, 1996, n. 24, p. 15.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e os seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LEGOFF, Jacques Lê; NORA, Pierre. *História*: novos problemas. Trad. Theo Santiago. 2. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos, v. 51).

LUZ, Marco Aurélio. *Agdá*: dinâmica da civilização africano-brasileira. Salvador: Edufba, 2000.

_____. *Do tronco ao Opa Exim*. Memória e dinâmica da tradição afro-brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 1994.

MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida*: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro, Record, 2007.

Digitalizado com CamScanner

MARQUES, Xavier. *O Sargento Pedro* – Tradições da Independência. 2. ed., Salvador: Livraria Centilina, 1921.

_____. *Ensaio histórico sobre a Independência*. 2. ed., São Paulo: Ibrasa, 1977.

_____. *Jana e Joel*. Salvador: Fundação Pedreo Calmon; Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004,

MIRA, Rejane Silva. *Turismo e Interpretação do Patrimônio*: uma abordagem comunitária. Guarapari: Ex Libris, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974). 9. ed., São Paulo: Ática, 1994.

Movimento Negro Unificado – MNU. Mulher Negra. Força Rara. Biblioteca Lima Barreto, Série Formação. Salvador: MNU, 1998

Movimento Negro Unificado. Disponível em: http://www.webartigos.com/articles/13413/1/Mulher-negra/pagina1.html . Acesso em:

NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de. *Além dos Territórios*: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

NÓBREGA, Bernardino Ferreira. *Memória Histórica*. Nova Edição por Pirajá da Silva. BahiaTyp Social Cine Theatro S. Jeronymo, 1923.

OLIVEIRA, Waldir F. et al. *Brasil 500 Anos*: encontros na Bahia. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2000.

ORGE, Filomena. *Retrato Falado com Retoques Subjetivos de Personagens Históricos*. Prova Material Revista Científica do Departamento de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, Ano 2, Nº 004, Abril de 2005, p. 15.

Digitalizado com CamScanner

ORLANDI, Eni. *Interpretação* – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

OSÓRIO, Ubaldo. *A Ilha de Itaparica, história e tradição*. 2. ed., Salvador: Tipografia Naval da Bahia, 1942.

_____. *A Ilha de Itaparica História e Tradição*. 4. ed., Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1974.

_____. Sete de Janeiro. *Jornal A Tarde*, Salvador, 1961.

PINSKY, Jaime. *Cem Textos de História Antiga*. São Paulo: Global, 1980.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 2. ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

ROSA, Helena. Culturas, Identidades e Memória. Centro de Filosofia e História. *Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral 2007*. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm . 2007 . Acesso em:

SALES, David, et cols. *Aspectos do 2 de Julho*. 150 Anos de Independência na Bahia. Salvador: Publicação da Secretária de Educação e Cultura, 1973.

SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar*: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. Culturas Negras, Civilização Brasileira. *Revista do Patrimônio*, Brasília, 1997, n. 25, p. 5.

SILVA, Coelho Betty. Monografia sobre Maria Felipa de Oliveira, 1968.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira. *Anais do I Congresso de História da Bahia* – V Volume, Salvador: Instituto Geográfico e histórico da Bahia, 1951.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. *Identidade cultural e expressões regionais*. Ilhéus: EDITUS, 2006.

Digitalizado com CamScanner

SOARES, Noemi Salgado. *Educação transdisciplinar e a arte de aprender*. 2. ed., Salvador: EDUFBA, 2007.

SODRE, Muniz. *Reinventando a cultura. A comunicação e seus produtos*. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Bernardino José de. *Heroínas baianas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1936

SOUZA, Lícia Soares de. *Dicionário de personagens afro brasileiros*. Salvador: Quarteto, 2009.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. Salvador: Edufba; São Paulo: Editora da Unesp, 2008

_____. *A Independência do Brasil na Bahia*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguaçu epopéia da Guerra da Independência na Bahia*. São Paulo. 1837.

VERLINDO, José Augusto Silveira. *O imaginário social na sociologia brasileira contemporânea*: (1984-1993). Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2004.

VIEIRA, L. *Cidadania e controle Social* – O Público não estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

WALDECK, Guacira. Exibindo o Povo: invenção ou documento? *Revista do Patrimônio*, Brasília, 1999, n. 28, p. 83.

Digitalizado com CamScanner

Eny Kleyde Vasconcelos Farias é educadora. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia [UFBA]. Estudou no Estado de Israel. Professora universitária, ensinou Psicologia na Universidade Federal da Bahia [UFBA] e História da Educação na Faculdade de Educação da Bahia e no Centro de Estudos de Pós-Graduação Olga Mettig. Trabalha com a prevenção da violência, com a cidadania e com patrimônios nas comunidades.

Entre 1998 e 2010 pesquisou direta ou indiretamente em 97 comunidades do Estado da Bahia, através da Interpretação do Patrimônio com Comunidade, destacando-se as localidades de Praia do Forte, Imbassaí, Guaibim/Valença, Ilhéus, Vera Cruz e em Salvador, na Península de Itapagipe e no bairro do Curuzu-Liberdade.

Pesquisou durante oito anos, de 2002 a 2010, a figura de Maria Felipa de Oliveira, considerada uma heroína da Independência da Bahia, em Vera

Digitalizado com CamScanner

Cruz e Itaparica, municípios que compõem a Ilha de Itaparica.

Publicou o livro *Histórias da Praia do Forte contadas pela comunidade* – Interpretação do Patrimônio e cinco artigos sobre Interpretação do Patrimônio, sendo dois deles sobre a heroína Maria Felipa de Oliveira.

Criação da capa Design Conceito

Digitalizado com CamScanner

Maria Felipa de Oliveira,
Heroína da Independência da Bahia

é uma edição da Quarteto Editora.

Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213 – Ed. Golden Plaza, s/702
Parque Bela Vista – Brotas – Salvador-Bahia
CEP 41.275-000 – Tel.: (0xx)71-3452-0210 – Telefax: (0xx)71-3353-5364
E-mail: quarteto.livros@compos.com.br
josec.santanna@terra.com.br

Salvador – 2010

Digitalizado com CamScanner

Maria Felipa de Oliveira. Heroína da Independência da Bahia é um livro necessário para os estudiosos da Independência do Brasil na Bahia.

Ela representa o extraordinário protagonismo da mulher negra nas lutas pela independência nacional. Este livro se propõe, com sucesso, sistematizar as referências que permitam a imagem e a trajetória desta heroína itaparicana.

Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo
Presidente da Fundação Pedro Calmon
Secult - Bahia

ISBN 978-858005-008-9
9 788580 050080

Digitalizado com CamScanner